



**Avaliação Final do Projecto  
Capacitar- Ampliando a participação e  
concertação da sociedade civil no  
processo orçamental**

**Relatório Final**

*Belisário A.C. dos Santos*

*Avaliador*

*Luanda/ Setembro de 2020*



I.	<b>Índice</b> .....	<b>02</b>
II.	Lista de Acrónimos e de abreviaturas .....	03
III.	Sumario Executivo .....	04
IV.	Introdução .....	06
V.	Análise dos Resultados da Intervenção .....	13
VI.	Lições Aprendidas .....	26
VII.	Conclusões e Recomendações .....	27
VIII.	Anexos .....	30

## **II. Lista de Acrónimos e de abreviaturas**

ADRA	Acção para Desenvolvimento Rural e Ambiente
APP	Avaliação Participativa da Pobreza
APPC	Acção para o Progresso Comunitário
CAC	Conselhos de Auscultação da Comunidade
CACS	Conselho de Auscultação e Concertação Social
CDJPO	Comissão Diocesana de Justiça e Paz de Ondjiva
CICA	Conselho das Igrejas Cristãs em Angola
GL	Grupos Locais
MATRE	Ministério da Administração do Território e Reforma do Estado
MASFAMU	Ministério de Acção Social, Família e Promoção da Mulher
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola
MS	Monitoria Social
AIN	Ajuda da Igreja Norueguesa
OGE	Orçamento Geral do Estado
OPSA	Observatório Político e Social de Angola
OSC	Organizações da Sociedade Civil
PIDLCP	Plano Integrado de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza.
PIIM	Plano Integrado de Intervenção Municipal
TdR	Termos de Referência
UNICEF	Fundo das Nações Unidas Para Infância
UNITA	União Nacional para Independência Total de Angola
FMI	Fundo Monetario Internacional
RNA	Radio Nacional de Angola

### III. Sumário Executivo

A avaliação final do Projecto “Capacitar” é referente ao período de Dezembro de 2017 a Março de 2020, considerando um período de extensão de 3 meses, isto é, de Janeiro a Março de 2020.

O objetivo do relatório de avaliação final consiste não só no cumprimento da normativa estabelecida pelo financiador, como também em analisar criticamente a experiência do projecto e aferir em que medida o mesmo realizou os objetivos a que se propôs.

O período de avaliação em análise (2017 – 2020) está marcado coincidentemente com uma fase de profundas mudanças no contexto político, social e grave crise económica em Angola. O país registou uma transição da sua liderança política ao mais alto nível, ou seja, do Presidente José Eduardo dos Santos para o Presidente João Manuel Gonçalves Lourenço. Se a presidência de José Eduardo dos Santos, principalmente nos últimos anos, esteve fortemente marcada por inúmeros actos de corrupção, nepotismo, clientelismo, fragilidade do ambiente político, falta de transparência, comunicação social fechada, pouca abertura ao debate dos problemas internos do país, a liderança de João Lourenço, que apresentou-se com a bandeira da luta contra a corrupção a todo o custo, acabar com o nepotismo e promover o mérito, inculcar no cidadão uma nova Angola a partir de num novo estilo e de boas práticas de governação. O actual Presidente da República tem sido mais aberto e obrigado a que os órgãos públicos promovam mais uma governação de proximidade, auscultando mais os cidadãos, as OSC para que participem mais da governação local.

Com o projecto Capacitar pretendeu-se reforçar as capacidades das organizações da sociedade civil (OSCs) em advocacia baseada nas evidências para que, através de uma maior e melhor participação nos processos de formulação, implementação e avaliação do Orçamento Geral do Estado (OGE), consigam influenciar os processos e aumentar a transparência e prestação de contas nas províncias de Benguela (Balombo e Cubal), Cunene (Namacunde e Kwanyama), Cuanza-Sul (Cela e Cassongue), Luanda (Cacuaco, Cazenga, Kilamba-Kiayi e Viana), Malanje (Calandula, Kiwaba-Nzaji, Malanje e Quela), Uíge (Negage e Maquela do Zombo) e Zaire (Mbanza Congo e Soyo). A implementação foi feita por três organizações, nomeadamente, a Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA), o Conselho das Igrejas Cristãs de Angola (CICA) e a Comissão Diocesana de Justiça e Paz de Ondjiva (CDPJO) através de diferentes abordagens e metodologias. Enquanto o CICA e a CDPJO utilizaram as abordagens de Avaliações Participativas de Pobreza (APP) e a Monitoria Social (MS) de orçamentos, a ADRA optou por utilizar a análise anual do OGE, em parceria com o OPSA, através da capacitação das organizações e associações comunitárias em questões de literacia orçamental e participação nos espaços públicos nos diferentes níveis.

A influência expectável direcciona-se para os programas e projetos que o OGE financia, para que respondam melhor às necessidades das comunidades mais vulneráveis e, dentro delas, das mulheres em particular.

Em termos de arquitectura organizacional, a implementação do projecto CAPACITAR foi coordenada pela NCA, em articulação com os parceiros de desenvolvimento ADRA, CICA e CDJPO.

A fim de se alcançar os objectivos da presente avaliação final e face ao contexto da pandemia da COVID-19, foi adoptada a seguinte metodologia: leitura aprofundada de toda a documentação do projecto e dos produtos elaborados pelas organizações parceiras; realização de reuniões presenciais com as equipas da NCA e das organizações parceiras; contratação de entrevistadores locais nas 6 províncias para a recolha de informações atinentes ao projecto; elaboração de guiões de entrevistas conduzidas pelos entrevistadores locais; elaboração do 1º draft de relatório, apresentação dos resultados da avaliação e revisão do relatório de avaliação final. Ao longo do desenvolvimento do processo de avaliação, principalmente ao nível do trabalho de campo foram detectados vários constrangimentos, principalmente os ligados a: limitações de mobilidade e de realização de reuniões com um número limitado de pessoas em função da COVID-19; estabelecimento da cerca sanitária a província de Luanda com as demais províncias; tempo limitado; entrevistas por telefone/whatsApp e as intermitências nas comunicações; pouca profundidade dos dados recolhidos pelos entrevistadores locais dentre outros. Todavia, tais constrangimentos não impediram que os resultados finais da presente avaliação do projecto.

O projecto Capacitar teve impactos significantes na medida em que a sua implementação coincidiu com o período de mudanças profundas no paradigma de governação. O país iniciou uma nova era de governação que quebra os défices de participação cidadã nos processos de tomada de decisão sobre assuntos locais. Prova disso é a introdução, pela primeira vez, do Orçamento Participativo por via dos Decretos Presidenciais 234/19 e 235/19, ambos de 22 de Junho, que fixa um montante de 25 milhões anuais por município (orçamento dos munícipes) e, institucionaliza o Orçamento Participativo em Angola, respectivamente.

Com esse desiderato o Governo de Angola dá sinais de estar disposto ao exercício de transparência na gestão pública, combater a corrupção e prestação de contas por parte dos gestores públicos a instituições públicas aos diferentes níveis de governação.

Todos esses elementos fizeram com que o projecto Capacitar se revelasse de grande relevância e estratégico. Evidenciou bastante a importância e necessidade de maior participação dos cidadãos na priorização, execução, monitorização e avaliação das políticas públicas para o desenvolvimento local. Não foi por acaso que durante as entrevistas feitas aos diferentes *stakeholders*, incluindo administradores municipais, que recomendaram a necessidade de continuidade deste projecto. Os grupos locais despertaram mais a sua consciência cidadã a partir da sua participação no projecto.

## **IV. Introdução**

### **IV.1 Contexto do Projecto CAPACITAR**

O Projecto “Capacitar - Ampliando a participação e concertação da sociedade civil no processo orçamental” é parte de uma iniciativa da AIN, no âmbito da implementação do Projecto “*Oil for Development*” financiado pela NORAD e que teve o seu início em 2010, por um período de três anos, com a implementação de três organizações designadamente, o Conselho das Igrejas Cristãs de Angola (CICA), a Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA) e a Comissão Arquidiocesana de Justiça e Paz do Lubango (CAJPL).

O presente projecto foi desenhado inicialmente pela NCA como principal organização da acção em conjunto com a ADRA, CICA e CAJPL enquanto co-requerentes da acção.

A CAJPL devido a dificuldades que teve no cumprimento dos procedimentos administrativos e financeiros exigidos pelo doador não chegou ao fim, tendo sido substituído pela CDJPO – Comissão Diocesana de Justiça e Paz de Ondjiva através de uma adenda assinada entre a NCA e UE como organização como sendo uma co-requerente desta acção.

O período de avaliação em análise (2017 – 2020) está marcado coincidentemente com uma fase de profundas mudanças no contexto político, social e grave crise económica em Angola. Desde logo, estes anos foram marcados pelo fim do poder absoluto de um único partido no poder (MPLA), após 38 anos, do Presidente José Eduardo dos Santos (JES) e a sua substituição pelo Presidente João Lourenço. Esta mudança, é já de si importante, tendo presente a natureza do sistema político Angolano, cuja Constituição aprovada em 2010 atribuía poderes quase absolutos ao Presidente da República, tornou-se ainda mais significativa quando se percebeu que havia uma vontade do novo Presidente de instituir um novo estilo de governação, baseado na Constituição e na Lei. Este desígnio foi afirmado nos discursos, começando pelo da tomada de posse, mas também nalgumas medidas imediatas que tomou.

Politicamente o país teve nestes três anos de mandato de João Lourenço, uma transição da sua liderança ao mais alto nível, ou seja, do Presidente José Eduardo dos Santos para o Presidente João Manuel Gonçalves Lourenço. Se a presidência de José Eduardo dos Santos, principalmente nos últimos anos, esteve fortemente marcada por inúmeros actos de corrupção, nepotismo, clientelismo, fragilidade do ambiente político, falta de transparência, comunicação social fechada, pouca abertura ao debate dos problemas internos do país, a liderança de João Lourenço, que apresentou-se com a bandeira da luta contra a corrupção a todo o custo, acabar com o nepotismo e promover o mérito, inculcar no cidadão uma nova Angola a partir de num novo estilo e de boas práticas de governação.

Entre as acções de combate à corrupção e à impunidade, mencionadas no parágrafo anterior, destaca-se uma maior autonomia e actuação proactiva do poder judicial, nomeadamente da Procuradoria-Geral da República, que tem levado à abertura de

inúmeras investigações e acusações a figuras até há pouco tempo consideradas “intocáveis”, estando já alguns deles, actualmente condenados entre 5 a 8 anos de prisão efectiva e outros em prisão preventiva.

O novo contexto político, de relativa abertura do espaço público, tem proporcionado oportunidades para uma maior intervenção cívica dos actores da Sociedade Civil na discussão dos diferentes assuntos da vida do país, todavia, colocam-se desafios à Sociedade Civil na elaboração de propostas consistentes que possam subsidiar o exercício de formulação e monitoria da implementação das políticas públicas.

Do ponto de vista económico, apesar dos progressos significativos feitos na estabilidade macroeconómica e nas reformas estruturais, Angola continua a sofrer os efeitos da descida dos preços do petróleo e dos níveis de produção, com uma contração do Produto Interno Bruto (PIB) estimada em cerca de 1,2% em 2018. O sector petrolífero contribui para um terço do PIB e para mais de 90% das exportações. A transformação de uma economia petrolífera liderada pelo estado para um modelo de crescimento liderado pelo sector privado é um processo complexo e de longo prazo e o sector petrolífero continuará a desempenhar um papel importante durante este período de transição.

A estabilidade macroeconómica foi restaurada e mantida através de um regime cambial mais flexível, uma política monetária restritiva e a consolidação fiscal. O governo tem feito várias reformas fundamentais desde que tomou posse em 2017, incluindo a nova lei de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais, bem como a lei das privatizações, a criação de um balcão único para os investidores para melhorar o clima empresarial e o estabelecimento de um registo de protecção social para proteger os mais vulneráveis contra os efeitos das reformas. Estas reformas já estão a produzir alguns resultados positivos, uma vez que Angola voltou a explorar o mercado de euro-obrigações no valor de US\$3,0 mil milhões e o FMI aprovou a segunda revisão do programa EFF em Dezembro de 2019.

O Banco Nacional de Angola (BNA) tem mantido uma postura restritiva em relação à política monetária para fixar a inflação e para compensar o impacto da desvalorização cambial. O BNA continuou os seus esforços para alcançar uma taxa de câmbio mais flexível, permitindo que as empresas petrolíferas vendessem divisas diretamente aos bancos comerciais, contribuindo para fortalecer os amortecedores contra os choques externos. A inflação permaneceu elevada, mas continuou a descer de 18,6% em 2018 para 16,9% em 2019, refletindo a fraca atividade económica e os efeitos de uma taxa de câmbio sem grandes alterações.

As autoridades estão a abordar activamente as vulnerabilidades do sector financeiro. O BNA aumentou os requisitos mínimos de capital para os bancos. Foi feita uma Revisão da Qualidade dos Ativos (AQR) com o apoio do FMI e que indicou que o sector financeiro estava sólido.

Angola deverá permanecer em recessão em 2020 devido à recente descida nos preços do petróleo e ao abrandamento global resultante do impacto da COVID-19. O crescimento do sector petrolífero será altamente afetado pelos efeitos combinados dos choques da oferta e da procura. Também se prevê um declínio no crescimento do sector não petrolífero devido aos efeitos indiretos da descida dos preços do petróleo, da redução das importações de bens de capital, das condições de financiamento mais restritivas, da depreciação cambial e das restrições aos movimentos de bens e pessoas.

A pandemia da COVID-19 e as perturbações económicas globais por ela causadas colocam em risco as realizações da estabilização macroeconómica e a transição de Angola para um modelo de crescimento mais sustentável e inclusivo.

### **Descrição e objectivos do projecto**

O projecto nasceu da tomada de consciência sobre os desafios que são colocados às organizações envolvidas e suas iniciativas, no que concerne à boa governação, transparência, participação e prestação de contas em relação a gestão das receitas públicas provenientes do OGE. A adequada gestão destes recursos obriga à existência de instituições da sociedade civil fortes, com pessoal capaz para influenciar positivamente as políticas públicas em favor das populações mais pobres, principalmente as mulheres.

O projecto foi implementado pelo Conselho das Igrejas Cristas em Angola (CICA), Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA), e Comissão Diocesana de Justiça e Paz da Diocese de Ondjiva (CDJPO), que decidiram juntar esforços para reforçar as acções que já desenvolviam em prol da transparência, participação e prestação de contas ao nível municipal, provincial e nacional. O projecto “Capacitar ” enquadra-se igualmente no programa de Gestão Sustentável dos Recursos Naturais da Ajuda da Igreja Norueguesa (AIN) para o período de 2015-2020 que prevê contribuir para que os detentores de direitos consigam influenciar as políticas públicas de desenvolvimento no sentido da redução da pobreza.

Durante os dois anos da implementação do projecto, cada um dos três parceiros da AIN neste projecto acumulou, cada um à sua maneira, uma experiência valiosa em questões relacionadas com, análise dos processos de orçamentação pública, monitoria social, avaliação participativa da pobreza, transparência na gestão e implementação do OGE, entre outras.

Enquanto o CICA e a CDPJO utilizaram as abordagens de Avaliações Participativas de Pobreza (APP) e a Monitoria Social (MS) de orçamentos, a ADRA optou por utilizar a análise anual do OGE, em parceria com o OPSA, através da capacitação das organizações e associações comunitárias em questões de literacia orçamental e participação nos espaços públicos nos diferentes níveis.

AIN com este projecto procurou desenvolver sinergias entre os três parceiros envolvidos que permitiu, aumentar o alcance e a abrangência dos resultados dos seus esforços nos

temas acima referidos, os quais contribuir directamente para os três pilares que nortearam o objectivo do projecto, nomeadamente: **participação** pública nos processos de tomada de decisão relacionados com projectos e programas públicos financiados pelo OGE (Orçamento Geral do Estado); aumentar a **transparência** na gestão dos recursos públicos alocados aos projectos sociais; e melhorar a **prestação de contas** em relação ao uso dos recursos públicos.

Na prática, a implementação passou pela elaboração e publicação de uma série de documentos de análise, avaliação e monitoria, assim como pela realização de formações e seminários destinados a transmitir competências e informação aos cidadãos. De realçar que estes documentos serviram de ferramentas para engajar e aumentar a capacidade das OSC e igrejas a engajarem-se em trabalho de advocacia baseada em evidências.

### **Objectivo da avaliação e Estrutura do Relatório**

Para a UE que financiou o projecto, a avaliação deve definir se o mesmo foi relevante e implementado de forma eficaz e eficiente, bem como o impacto que teve e o nível de sustentabilidade que atingiu. Já para a AIN, a avaliação deve documentar a experiência e retirar lições a serem partilhadas e que influenciarão as suas políticas e programas a nível nacional, regional e global, incluindo o programa Combate à Desigualdade enquadrado no novo plano estratégico da AIN-Angola 2020-2024.

Para poder atingir os objectivos traçados pelas duas organizações no que concerne à avaliação, esta deverá permitir: i) Identificar, analisar e documentar os produtos/outputs produzidos pelo projecto; ii) Identificar o processo que conduziu à formulação do projecto, dos seus produtos e actividades, incluindo identificar os níveis de influência directa ou indirecta que contribuíram para tal; iii) Analisar a relação entre os produtos/outputs e a forma como contribuíram – ou não – para alcançar os resultados de médio prazo/outcome; identificar os agentes e factores que influíram nos resultados do projecto e que contribuíram para o seu sucesso ou fracasso; iv) identificar mudanças observadas desde o início da implementação e factores que contribuíram para tal; v) Identificação resultados e mudanças atingidas através da iniciativa, vi) empreender uma análise sobre a sustentabilidade das actividades e sobre os efeitos de réplica dessas mesmas actividades a nível de outros recipientes do projecto; vii) Consolidar lições a partir dos resultados obtidos da análise do projecto, por forma a enriquecer a programação da AIN em Angola; viii) oferecer recomendações para intervenções futuras da AIN e dos parceiros na área da boa governação.

A avaliação deverá produzir reflexões consideradas objectivos complementares e que são:

- Se o projecto levou a mudanças pessoais dos actores envolvidos, nomeadamente governantes e membros dos grupos ligados às APPs e aos processos de monitoria social, assim como às barreiras que podem ter impedido as mudanças desejadas;
- Até que ponto o projecto atingiu o cidadão e as barreiras existentes para atingi-lo;

- As diferentes formas de “participação pública” que existem e o que falta para conseguir uma participação pública verdadeira na tomada de decisão a nível dos municípios.

A seguir analisaremos a relevância do projecto, tendo presente os objectivos consubstanciados em três pilares fundamentais:

1. Aumento da **participação** pública nos processos de tomada de decisão, através da realização de análises participativa da pobreza (APPs) em pelo menos 10 municípios e monitoria social nos 18 municípios alvo, advocacia junto das instituições públicas visando a solução dos problemas identificados e aumento do volume de verbas destinadas ao sector social.
2. Aumento da **transparência** na gestão dos recursos públicos, através da realização de análises dos orçamentos públicos, advocacia em favor da transparência ao nível municipal, provincial e nacional.
3. Aumento da **prestação de contas**, através de acções de monitoria sobre os principais documentos sobre finanças públicas postos a disposição dos cidadãos, monitoria do orçamento pública e da implementação das políticas públicas e outras iniciativas de advocacia em favor da prestação de serviços- 24 encontros de diálogo com os Deputados dos Círculos Provinciais e da Assembleia Nacional, assim como representantes do Executivo e das outras instituições responsáveis.

E estabeleceu como meta a elaboração, como produtos específicos, nomeadamente:

- **Produto 1** - A elaboração e publicação dos relatórios de monitoria social e análise participativa da pobreza, tendo o exercício servido como reforço das capacidades das instituições da sociedade civil e igrejas em matéria de advocacia em favor de uma melhor gestão dos fundos públicos;

- **Produto 2** - O reforço das capacidades dos cidadãos em geral com vista a uma melhor participação no processo de decisão, implementação e monitoria das políticas públicas através da publicação e divulgação de informações sobre finanças públicas e outras políticas relevantes.

No que concerne o produto 1, realizaram-se acções de formação nos seguintes domínios: aumento dos conhecimentos sobre o processo orçamental em Angola; utilização de ferramentas para proceder ao exercício de monitoria dos orçamentos municipais e avaliação participativa da pobreza. Quanto ao produto 2, foram igualmente organizados seminários e *workshops* sobre o Orçamento Geral do Estado, publicados documentos de reflexão sobre o Orçamento Geral do Estado, documentos sobre a análise participativa da pobreza e monitoria para os eleitos e para os quadros das instituições.

Em termos de arquitetura organizacional, a implementação do projecto CAPACITAR foi coordenada pela NCA, em articulação com os parceiros de desenvolvimento ADRA, CICA e CDJPO.

## IV.2 Metodologia

Dando resposta à solicitação feita nos TdR, a metodologia usada acentuou a dimensão participativa e inclusiva, onde a opinião, a evidência, a visão e as propostas de recomendações feitas terão um papel importante neste processo. De igual modo, todos os intervenientes neste projecto, sejam a AIN, ADRA e CDJO e os outros parceiros de interesse, tiveram a oportunidade de participar e contribuir com análises e opiniões sobre os resultados do projecto CAPACITAR.

A abordagem metodológica consistiu nos seguintes passos:

### ➤ ***Leitura prévia de toda documentação do projecto e dos produtos elaborados***

Em relação às informações secundárias, a avaliação revisou minuciosamente todos os documentos que foram recebidos da AIN, nomeadamente a proposta inicial do projecto, o orçamento, o quadro lógico, os contratos entre NCA e os parceiros, relatório narrativo final do Projecto CAPACITAR, relatório das actividades desenvolvidas pelo projecto Boa Governança e Monitoria Social-Capacitar no Quadro da ADVOCACIA – 2019 (CICA), relatório de monitoria social – 2017 (CICA) – Balombo, Cassongue, Cela, Cubal, Mbanza Congo, Negage, audição do programa de rádio, “Espaço Diaconia”, que passava quinzenalmente na RNA, Relatório de Avaliação Participativa da Pobreza – 2018 (CJPDO) – Namacunde; Relatório Fundamentos de Políticas Públicas na Perspectiva de Género – 2019 (ADRA); Relatório formação sobre *lobby* e advocacia social na Perspectiva de Género – 2019 (ADRA); As nossas necessidades, o nosso Orçamento – Banda Desenhada – 2018 (ADRA); Relatório de Avaliação Participativa da Pobreza – 2017 (CICA) – Benguela, Cuanza Sul, Uíge, Zaire; Relatório do estudo Acesso à Alimentação – 2020 (ADRA) – Calandula, Kiwaba Nzoji, Malanje e Quela; Relatório Fundamentos de Políticas Públicas na Perspectiva de Género – 2019 (ADRA) – Cazenga; análises anuais do OGE produzidas pela ADRA e o OPSA. A análise dos documentos permitiu preparar a primeira reunião com a AIN e seus parceiros e começar a preparação dos instrumentos de recolha de dados.

### ➤ ***Reunião conjunta com a equipa da NCA e seus parceiros***

Esta reunião obedeceu dois momentos: o primeiro momento contou com a presença de técnicos da AIN, nomeadamente o gestor de programa e dois oficiais de programas incluindo o coordenador do projecto da parte da AIN. O segundo momento aconteceu separadamente com os parceiros ADRA e CICA num formato presencial. Já com a CDJPO o encontro foi feito através da plataforma Zoom obedecendo o confinamento imposto pelo Governo de Angola em relação à Província de Luanda com as demais províncias incluindo o Cunene. Reunião com a equipa da AIN e dos seus parceiros ADRA, CICA, CDJPO para ouvir e perceber a visão de cada integrante em relação ao projecto (objectivos, expectativas iniciais, avanços e sucessos, dificuldades encontradas). Igualmente, perceber as sinergias entre as quatro organizações e ouvir a opinião delas sobre os municípios envolvidos na acção, sobretudo o envolvimento das administrações

municipais nas actividades do projecto. Serviu igualmente para preparar o trabalho de recolha de dados e aprofundar e confirmar a metodologia proposta para a avaliação.

➤ ***Recolha de dados em Luanda, Malanje, Cunene, Uíge, Zaire, Cuanza-Sul e Benguela***

A fase de recolha de dados desenvolveu-se em Luanda, onde são produzidos os documentos de análise e realizadas as actividades de advocacia de nível nacional pelos parceiros. O trabalho de terreno foi desenvolvido nas outras seis províncias. Foram elaboradas listas de tópicos para as entrevistas semiestruturadas, guiões ou *check-list* (Ver exemplos em anexo II) com potenciais informantes-chaves e entidades e, partes interessadas (beneficiários) do projecto. Nestas listas ou guiões foram incluídas a maior parte das preocupações explicitadas na página 6 e 7 dos TdR, ou seja, a justificação e objectivos da presente avaliação.

➤ ***Elaboração do esboço do relatório, apresentação dos resultados e relatório final***

A partir da informação recolhida foi esboçada a primeira versão do relatório, que serviu de base para uma apresentação dos principais resultados da avaliação. Esta apresentação incluiu igualmente as principais lições, conclusões e recomendações do consultor. O documento foi apresentado perante a AIN e seus parceiros, de forma a recolher as suas opiniões. Depois de recebidos os comentários, foi elaborada a presente versão final do relatório.

### **Limitações da Avaliação**

Para efeitos de entendimento sobre a forma como decorreu a avaliação, interessa referir que a mesma foi parcialmente condicionada por alguns factores que descrevemos a seguir:

- Decorrente das restrições de mobilidade impostas pelo Estado de Calamidade, acabou por constituir um constrangimento à recolha de informação mais completa e fiável, nomeadamente no que se relaciona com os *output* produzidos pelos entrevistadores locais.
- Tendo em conta a situação da pandemia da COVID 19 que obriga a restrições de mobilidade e tem imposto a cerca sanitária a província de Luanda relativamente às demais províncias de Angola e a necessidades do distanciamento social, a metodologia adoptada procurou respeitar as medidas de biossegurança impostas pelo Governo de Angola. Pelo que foi feito recurso a reuniões em formato (Zoom, WhatsApp), bem como à subcontratação de entrevistadores locais para se proceder, com o apoio de um guião de questões, à recolha de informação nas províncias alvo do projecto.

Contudo, apesar das limitações descritas, considera-se que as mesmas não prejudicam o resultado final da avaliação.

## V. Análise dos Resultados da Intervenção

Os termos de referência (TdR) definiram os resultados esperados da Avaliação, nos termos que se enunciam a seguir:

<b>Resultados esperados da avaliação</b>
1) Identificar, analisar e documentar os produtos/outputs produzidos pelo projecto. Identificar o processo que conduziu à formulação do projecto, dos seus produtos e actividades, incluindo identificar os níveis de influência directa ou indirecta que contribuíram para tal;
2) Analisar a relação entre os produtos/outputs e a forma como contribuíram – ou não – para alcançar os resultados de médio prazo/ <i>outcome</i> ; identificar os agentes e factores que influíram nos resultados do projecto e que contribuíram para o seu sucesso ou fracasso; identificar mudanças observadas desde o início da implementação e factores que contribuíram para tal;
3) Identificar resultados e mudanças atingidas através da iniciativa. Análise sobre a sustentabilidade das actividades e sobre os efeitos de réplica dessas mesmas actividades a nível de outros recipientes do projecto.
4) Consolidar lições a partir dos resultados obtidos da análise do projecto, por forma a enriquecer a programação da NCA em Angola; oferecer recomendações para intervenções futuras da NCA e dos parceiros na área da boa governação.

O Relatório narrativo final do Projecto CAPACITAR apresenta a seguinte ficha de projecto:

1.1. Nome do coordenador do contrato de subvenção: <i>Norwegian Church Aid (NCA)</i>
1.2. Nome do(s) beneficiário(s) e entidade(s) afiliada(s) na ação: ADRA, CICA e CAJPL
1.3. Designação da acção: CAPACITAR – Ampliando a participação e concertação da sociedade civil no processo orçamental
1.4. Número do contrato: CSO-LA/2017/390-566
1.5. Data de início e de termo do período de referência: 1 de Dezembro de 2017 a 30 de Março de 2020
1.6. País (es) ou região (ões)-alvo: Angola
1.7. Beneficiários finais e/ou grupos-alvo (se forem diferentes) (incluindo o número de homens e de mulheres): O projecto beneficiará pelo menos 2.500.000 pessoas de diferentes idades e sexo, em particular as mulheres mais vulneráveis, nas províncias em que o projecto será implementado.
1.8. Locais onde as atividades serão executadas (se diferente (s) de 1.7): Angola, Províncias de Benguela (Balombo e Cubal), Cunene (Namacunde e Kwayahama), Cuanza-Sul (Cela e

Cassongue), Luanda (Viana, Cacuaco, Cazenga e Kilamba-Kiaxi), Malanje (Calandula, Quela, Kiwba-Nzaji e Malanje), , Uíge (Negage e Maquela do Zombo) e Zaire (Mbaza Congo e Soyo).

O projeto Capacitar foi executado pela Ajuda da Igreja Norueguesa (AIN) como coordenador da acção tendo inicialmente sido co-requerentes o Conselho de Igrejas Cristãs em Angola (CICA), Acção Para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA), e a Comissão Arquidiocesana de Justiça e Paz do Lubango (CAJPL). O projecto teve um orçamento de **EUR 1.213.039**, incluindo uma contribuição da EU de EUR 897.649, com uma duração de 24 meses, ou seja, de 01.11.2017 a 31 de Dezembro de 2019.

De acordo com o referido relatório, no decorrer do primeiro ano da implementação do projecto houve a necessidade de se fazer uma reestruturação no portfolio de parceiros com a saída da Comissão Arquidiocesana de Justiça e Paz do Lubango por razões de cumprimento das orientações e regras administrativa e financeira da NCA e pela fraqueza demonstrada nos modos de execução dos processos contabilísticos que levou a NCA a informar a EU e chegarem a um entendimento com o co-requerente sobre a sua saída, e dando entrada no consórcio a Comissão Diocesana de Justiça e Paz de Ondjiva (CDJOP) em 07.08.2019 com base numa adenda que permitiu uma extensão do projeto até 30.03.2020. Na perspectiva da ADRA, a CJPL foi substituída pela CDJPO por não ter havido consenso com os critérios de gestão e administração do projecto exigidos pelo requerente NCA.

O projecto inicialmente previa trabalhar com **930 membros de grupos locais em 24 municípios de 8 províncias**, mas devido à rescisão do contrato com o co-requerente Comissão Arquidiocesana de Justiça e Paz do Lubango (CAJPL), no resumo que efectua, o Relatório narrativo final do Projecto CAPACITAR refere **acções desenvolvidas em 18 municípios de 7 províncias de Angola**: Benguela (Balombo e Cubal), Cunene (Namacunde e Kwanyama), Cuanza-Sul (Cela e Cassongue) Luanda (Viana, Cacuaco, Cazenga e Kilamba Kiaxi), Malanje (Calandula, Quela, Kiwba Nzaji e Malanje, Uíge (Negage e Maquela do Zombo) e Zaire (Mbaza Congo e Soyo).

Dos **930 beneficiários directos previstos** o projecto trabalhou apenas com **698 membros** (400 membros das associações de camponeses, 50 membros das OSC parceiras em Luanda ambas da ADRA, 200 monitores municipais do CICA e 48 monitores diocesanos da CDJPO, sendo que do total de membros directamente abrangidos pelo projecto **51% foram mulheres**) das associações de camponeses da ADRA em Malanje, membros das OSC em Luanda e monitores municipais do CICA e CDJO nas províncias do Cunene, Cuanza-Sul, Uíge, Zaire e Benguela.

Em termos de eficácia, o projecto logrou cobrir **87,5%** das províncias previstas (registre-se que a informação recolhida junto dos parceiros se refere apenas a 6 províncias, o que representou, de facto, uma taxa de realização de **66,7%**), e **75%** dos municípios previstos

(se considerarmos as informações fornecidas pelos parceiros, este percentual decresce para **58,3%**) e dos beneficiários directos previstos.

De acordo com a informação colhida, onde se cruzaram as informações recolhidas junto da NCA e parceiros, o projecto CAPACITAR permitiu a realização das seguintes actividades e produtos:

Produtos Alcançados	Actividades
4 Relatórios de APP	18 estudos de APP, sendo 16 pelo CICA e 2 pela CDJPO em 10 municípios abrangidos pelo projecto (Cubal, Balombo, Cassongue Cela, Maquela do Zombo, Negage, M'Banza Congo, Soyo, Namacunde e Kwayahama)
2 Relatórios de Monitoria Social	48 visitas de monitorias sociais (MS) nos dois anos de implementação do projecto
3 Relatórios sobre o OGE e o Género	3 estudos sobre o OGE e Género (o acesso ao registo de nascimento, água e alimentação), realizados em Malanje, nos municípios de Calandula, Kiwaba Nzoji, Quela e Sede Municipal de Malanje.
1 Um manual de formação em desenhada sobre o OGE e participação cívica.  1 Manual sobre de formação sobre Políticas publicas, Finanças Públicas, <i>Lobby</i> e Advocacia.	Produção conjunta de um manual de acesso fácil.
6 Folhetos sobre o OGE nos sectores da Educação, Saúde, Registo de nascimentos e Justiça para criança, Nutrição, Segurança Alimentar e Agricultura, Água, Saneamento e Protecção Social.	Reprodução de matérias com conteúdos sobre OGE em diferentes sectores sociais.
	32 Encontros de <i>lobby</i> e advocacia, (6 instituições do estado)
	22 Debates sobre o OGE (1.122 participantes)
	4 Conferências municipais
	4 Conferências provinciais (547 participantes)
	3 Conferências nacionais (594 participantes)

Total = 17	Total = 76
------------	------------

**Fonte:** Relatório narrativo final do Projecto CAPACITAR - AIN

Considerando o orçamento global do projecto, cada produto elaborado custou em média 71.355 euros, enquanto cada actividade constitui um em média, um encargo de 15.961 euros.

Na perspectiva da AIN, o projecto Capacitar surgiu 6 anos depois do projecto “Oil for Development” que foi implementado pela AIN em 2010 com fundos do Governo Norueguês. Com fim desde financiamento, em 2017 a AIN com fundos da EU e a partir de uma avaliação externa feita ao anterior projecto, recomendou a continuação deste projecto uma vez que o Angola começou a dar sinais de mais abertura para a participação da sociedade civil nos assuntos de interesses públicos.

Assim, foi desenhado o Projecto Capacitar para mais um período de 3 anos e uma extensão de 3 meses (Janeiro a Março de 2020).

Na visão da ADRA, o projecto Capacitar surgiu numa altura em que, a ADRA e o OPSA, fruto da sua parceria sobre as análises e publicação de pareceres anuais sobre o OGE, preparou uma proposta de projecto (Okulonga- Ensinar) e remeteu para aprovação pela UE. Das concertações feitas com a AIN, foi então aprovado o projecto Capacitar que integrou mais dois parceiros (CICA e CDJPO) com o foco para as três dimensões, Participação, Transparência e Prestação de Contas. As três organizações mais a AIN reuniram-se após essa etapa de financiamento do projecto para melhor definição e alinhamento dos objectivos do projecto e, definição do plano de implementação.

A visão do CICA sobre o projecto remete para a continuidade dos resultados positivos do projecto anterior denominado “*Oil for Development*”. Foi a experiência desse projecto que levou a aceitação pela EU de financiamento do projecto Capacitar. O CICA e a CAJPL começaram a sua parceria em 2010, a partir da assistência ao lançamento do relatório da APP e MS. Em 2013, consolidara a sua parceria. Em 2014 apresentaram conjuntamente o seu relatório e tiveram uma carta de recomendação do Ministro de Estado e Chefe da Casa Civil do PR, onde vinha uma recomendação para que os Ministérios da Educação e da Saúde passassem a aplicarem as metodologias do CICA e CAJPL. Foi a partir daí que a AIN iniciou uma parceria formal com a CJPL e apoiando-lhes nos lançamentos dos seus relatórios de MS e APPs. Logo a seguir, souberam que a AIN teria apresentado uma proposta de projecto sobre questões de participação, transparência e prestação de contas a EU, tendo posteriormente abordado o CICA e a CJPL para integrarem como parceiros na sua execução.

Relativamente ao estabelecimento ou definição dos objectivos do projecto, houve concertação entre a NCA e as três organizações parceiras. O objectivo fundamental do projecto foi o de criar capacidade das organizações parceiras em matérias de transparência, prestação de contas, participação e género. A abordagem de género diferenciou-se parceiro a parceiro, ou seja, o CICA focou-se mais para a monitoria social

e APPs, e a ADRA focou-se para o reforço da capacidade das associações e seu empoderamento para influenciar a transparência dos orçamentos públicos. A diferença da ADRA em relação aos outros dois parceiros foi a metodologia. Enquanto a ADRA se focou no reforço de capacidades das organizações comunitárias, os outros dois parceiros utilizaram as APPs e a MS. As perspectivas da ADRA e da AIN sobre o projecto foram muito comuns, sobretudo em termos de foco na capacitação das organizações da sociedade civil (OSC) em relação a participação efectiva, monitorização e avaliação da execução do OGE. Por outro lado, a ADRA entende que é a partir do trabalho com as organizações comunitárias de base para reforçar a sua capacidade de participação na monitorização da execução das políticas públicas. A capacitação foi sempre o foco da ADRA e durante a execução do projecto realizou várias capacitações. As demais organizações parceiras (CICA e CDJPO) trabalham mais directamente com as instituições governamentais mas sem uma visão da perspectiva inicial do projecto - capacitação.

Os objectivos específicos do projecto sofreram algumas adaptações ao longo da implementação do projecto mas apenas para melhor alinhamento da intervenção e das metodologias.

Houve uma redução do número inicial de municípios previstos, de 24 para 18 e de 9 para 7 províncias. Com a retirada da CAJPL o projecto teve menos municípios abrangidos do que antes. Ficaram de fora as Províncias do Namibe, Huila e parte do Cunene. Houve igualmente a mudança de parceiros, da CAJPL para a CDJPO. A mudança desse parceiro foi devido a incumprimento de procedimentos de gestão exigidos pelo Requerente (AIN).

O contexto de governação pós 2017 ajudou positivamente na execução do projecto ao contrário do anterior que era bastante fechado. A actual governação pós 2017 contribuiu para alguma mudança de práticas da administração local. Até 2018, logo depois do início do projecto, ainda não era tão fácil conseguir ter acesso à informações sobre os orçamentos das administrações municipais. A partir de 2019, começaram a registar maior abertura. A partir do início das formações feitas para as Comissões de Moradores sobre o Orçamento Participativo notou-se um abrir de mentalidades e consciências de ambos os lados (cidadãos e funcionários das administrações municipais). A transição de contexto de governação impactou positivamente sobre o andar do projecto, traduzido em mais abertura, mais diálogo, mais debates com os munícipes, a mídia abriu-se mais e, isso despertou a consciência cidadã. Todavia, verifica-se agora em 2020, altura de avaliação do projecto, uma tendência de fechamento do espaço público e de liberdades (manifestações, mídia mais censurada, etc.) a que acrescem estrangimentos impostos pelo COVID-19.

Quanto aos mecanismos de coordenação no quadro das relações entre as três organizações parceiras, há a registar que foi mais fácil a organização dos lançamentos dos relatórios conjuntos e encontros trimestrais de balanço. Houve alguma necessidade de mais articulação entre os parceiros e, de mais *capacity building*. Registaram-se alguns

atrasos no envio dos relatórios regulares pelos parceiros, o que levava a atrasos no envio de informações sobre o ponto de situação do projecto ao financiador.

Uma das estratégias de coordenação/sinergias empreendidas durante a implementação do projecto foram os lançamentos conjuntos dos relatórios de APP e MS que eram feitas pelo CICA e CDJPO duas instituições de carácter religiosa e com a participação da ADRA que partilha os seus relatórios durante os eventos realizados por estas duas instituições religiosas.

Em termos de diferenciação de metodologias entre parceiros no projecto Capacitar, é o seguinte: a ADRA e o OPSA fazem análises do OGE e o CICA e CDJPO fazem a MS do OGE, sobretudo em termos de promessas e cumprimentos relacionados com os projectos com os projectos e programas sociais de âmbito publico

Na fase inicial, a CDJPO teve algumas dificuldades de adaptação ao modo de gestão de projectos utilizado pela AIN, desde a preparação de relatórios narrativos e financeiros, planificação, organização administrativa do escritório, mas que, superou rapidamente com algumas capacitações técnicas internas.

Tiveram uma experiência negativa com alguns activistas que foram formados logo no princípio mas como esperavam ganhar mais do que o previsto, desmobilizaram-se. Mas isso não impediu o recrutamento de mais jovens, sobretudo raparigas para trabalharem com as comunidades nas questões de mobilização comunitária.

O trabalho em equipa foi o segredo do sucesso das acções do projecto, sobretudo a partir de encontros conjuntos de balanços, planificação e avaliações intermédias, o que permitiu aprender muito das boas práticas e lições dos parceiros.

A CDJPO no princípio adoptou a metodologia usada pelo CICA, as APPs mas mais tarde, preferiu por utilizar também a da ADRA, a capacitação dos Núcleos Comunitários. Logo, ficou uma metodologia miscigenada que resultou muito em termos de eficiência e eficácia da abordagem junto das comunidades.

As relações institucionais entre as três organizações foram boas e como benefício, o CICA é hoje membro da Rede PROPALOP para as questões de Transparência.

Relativamente a CDJPO, as relações não foram tão boas, sobretudo com a AIN enquanto organização requerente. Por ex: no último lançamento, o Cunene apenas enviou 3 representantes, argumentando que também não fizeram parte de outros lançamentos feitos.

Em muitas ocasiões de visitas aos municípios, os administradores municipais não se mostraram disponíveis para dar informações sobre os recursos públicos gastos em determinados projectos, às vezes, até as placas indicativas sobre as informações de um dado projecto em execução, não continham informações completas. Fruto das metodologias e abordagem do projecto foi possível superar essa dificuldade através de

muito diálogo franco, construção de relações de confiança entre os administradores municipais e as suas comunidades e das análises conjuntas dos gastos públicos.

O projecto serviu para simultaneamente estabelecer pontes de diálogo concertado entre os cidadãos e os servidores públicos, tendo deixado ferramentas que ajudam a participação das comunidades na identificação e priorização dos problemas, bem como na sua monitorização durante a execução. Iniciativas como estas ajudam a mitigar a corrupção e roubo dos recursos públicos.

### **V.3 Auscultação das Equipas de Implementação**

As equipas de implementação do projecto dividem-se entre as que enfatizam mais a dimensão da participação e as que referem a prestação de contas.

Constatou-se a perspectiva unânime de que os resultados das avaliações participativas e a monitoria social são dois componentes importantes na demonstração da transparência e na prestação de contas. E também a sensibilidade de um excessivo grau de centralização relativamente à definição das metodologias e dos instrumentos de auscultação, bem como em relação à inexistência de uma estratégia de transferência de capacidade de gestão para os grupos locais.

Relativamente aos instrumentos de recolha de informação, há equipas de implementação que consideraram que, independentemente de terem sido elaboradas tendo em conta a necessidade do projecto para garantir o registo das informações a serem recolhidas no terreno se constataram dificuldades de interpretação das perguntas por parte dos membros dos Grupos Locais, perguntas muito extensas e incompreensão das perguntas por parte dos beneficiários.

E que só com a participação das estruturas de base do projecto foi possível superar esses constrangimentos, de onde resultou maior facilidade da utilização das fichas por parte dos membros durante os inquéritos, maior facilidade na compreensão das questões por parte dos beneficiários e maior interação durante os inquéritos com os beneficiários.

A generalidade das equipas de implementação destacou a aproximação e o incremento do espírito cooperativo na relação com os órgãos de poder local como uma das mais-valias que o projecto possibilitou agregar. Em alguns casos, foi afirmado ter sido de extrema importância o envolvimento na Implementação dos três eixos de intervenção do projecto, tendo em conta o trabalho do grupo criado a nível do município do Balombo que tem levado a cabo acções do projecto de boa Governança, criando oportunidades dos Coordenadores Municipais e pastores a fazerem parte nos Conselhos de Auscultação da Comunidade de nível Municipal.

Consideram, no entanto, que esta evolução não foi uniforme em termos de municípios.

### **V.4. Auscultação dos Grupos Locais**

Em relação aos grupos locais constaram-se situações diferenciadas, particularmente relacionadas com a intervenção das instituições parceiras.

Relativamente aos Grupos Locais apoiados pela ADRA Luanda, a informação coligida refere diversas acções de formação de formadores para 144 participantes, incluindo alguns técnicos da administração municipal, mais de 10 formações orientadas para a sensibilização das questões de género e algumas ligadas a questões do Orçamento Participativo.

De assinalar que os propósitos dos Grupos Locais são diferenciados.

O GL LAKDES 10 tem utilizado a metodologia da Monitoria Social para identificar o nº de crianças fora do sistema de ensino (já identificaram 109 crianças fora do sistema de ensino) e acompanhar o registo de crianças.

O Grupo Futuro Verde é uma associação de defesa do ambiente, criada em 2001, com cerca de 50 membros e entre 20 a 15 mulheres, que surgiu da necessidade que muitos jovens pro-ambiente sentiram em contribuir para o saneamento de alguns espaços do seu município. Beneficiou do apoio da ADRA em 7 a 8 formações, com 12 participantes em cada uma delas. Dos 12 participantes, tiveram sempre mais mulheres do que homens (8 mulheres e 4 ou 5 homens). As formações foram sobre políticas públicas, empoderamento da mulher, orçamento participativo, OGE na perspectiva da inclusão social e *lobby* e *advocacy*. Por via dessas formações, já fazem parte da Rede PROPALOPs em matéria de inclusão social através do mecanismo de queixas da EU. E têm possibilitado apoio ao estabelecimento de parcerias com a administração municipal e mais consciencialização de alguns munícipes sobre o desenvolvimento local e participação cidadã. Inclusivamente, os administradores de alguns distritos urbanos e comissões de moradores já solicitam mais capacitações para além das que receberam da ADRA.

Já os dois grupos locais do CAZENGA e do KILAMBA-KIAXI sinalizaram que precisam de mais formações em autarquias locais e governação local e que a abordagem de Género foi muito pouco tratada. Esses GL estão sobretudo envolvidos em acções de Monitoria Social: i) acompanhar o trabalho da administração municipal na identificação de pessoas vulneráveis (embora às vezes terem notado que a administração não tem tido critérios transparentes); ii) participar das sessões do CAC; iii) enviar a administração municipal sugestões sobre a necessidade de arborização do município; iv) apoiar nas questões de saneamento básico do município; v) identificar pessoas sem documentos e apresentar às comissões de moradores; vi) acompanhar a execução de algumas obras pela administração municipal, principalmente a partir das placas das obras, onde constam os valores das obras, prazos e outros.

Os GL NASCAV e ODAA, de VIANA, estão voltados para o reforço de capacidades dos jovens quanto a sensibilização e realização de palestras sobre saúde preventiva. Abordam ainda as questões relacionadas a pobreza nas zonas onde residem, através do

diálogo com as comunidades e administrações de bairro e municipais, efectuam capacitações de grupos comunitários em matérias de sensibilização das pessoas vivendo com o HIV e SIA e trabalho no resgate de valores e combate à delinquência juvenil. Cada um dos GL foi contemplado com 4 formações em OGE, políticas públicas, finanças públicas e *lobby* e advocacia.

O Grupo Local (GL) “Boa Governação e Monitoria Social”, do Balombo, referiu ter como objectivo identificar as reais dificuldades que as comunidades enfrentam, focando-se nas preocupações das populações das Comunas escolhidas pelo Projecto e ajudar o desenvolvimento do Município no que se refere à Advocacia Social. Desde 2017, beneficiou de dez (10) formações sobre APP e MS, sobre gestão de conflitos, e gestão do orçamento geral do estado. Elaboraram seis (6) relatórios de APP e procederam à monitoria de vinte (20) projectos, maioritariamente de obras como por exemplo a construção de uma Escola do II Ciclo na Comuna Sede e Escola Primária do Kandundo Posto. Ou a construção de um Posto de Saúde de Marco, Sistema de Captação de água no Tumbulo e na Yambala monitoradas pelo GL Monitoria Social do Cubal.

Em resumo, esses grupos locais ainda são muito débeis em termos organizacionais, sem visão nem missão muito claras. Não revelam muita consistência e capacidade técnica como resultado das formações e do trabalho realizado em torno do projecto. E são significativamente condicionados pela falta de autonomia administrativa e financeira para poderem desenvolver acções de forma mais autónoma.

#### **V.4 Auscultação aos Governos Provinciais**

Apesar de não ter sido possível contactar todos os Governadores Provinciais das 6 províncias, por razões de sobreposição de agendas face ao contexto da pandemia da Covid-19, foi possível contactar pelo menos dois Vice-Governadores Provinciais para a Área Política, Social e Económica das províncias de Benguela e de Malanje. Os mesmos foram perentórios em afirmar que o Projecto Capacitar era e continua a ser uma mais-valia, pois coincide com a agenda de governação do actual presidente, traduzida nos esforços de luta contra a corrupção, nepotismo, falta de transparência e aumentar a participação dos cidadãos na vida pública através de uma “governação de proximidade”.

Além disso, o projecto está a ser implementado num contexto em que o Governo Central está a efectuar um processo de desconcentração administrativa traduzida na transferência de competências, responsabilidades e recursos para os órgãos da administração local do Estado. Isso quer dizer que os governos provinciais e as administrações municipais terão de administrar a coisa pública contando com um grande engajamento dos cidadãos e comunidades. O nível provincial começa igualmente a transferir mais competências para o nível municipal. De todo modo, há ainda um longo caminho a percorrer, pois processos como estes, são sempre investidos

de muitas resistências à mudança de estilo de governação. Sugiram que o projecto deve continuar e, quiçá, replicá-lo para mais províncias.

#### V.4 Auscultação às Administrações Municipais

As Administrações Municipais auscultadas avaliam positivamente as acções implementadas no quadro do projecto CAPACITAR, considerando que os principais factores que influenciaram o alcance dos resultados obtidos foram a cooperação, partilha de informação dos projectos e a liberdade concedida para as acções de monitoria social pelos parceiros sociais.

Na sua perspectiva consideram que a participação dos cidadãos na monitorização dos projectos públicos contribui para o desenvolvimento local, nomeadamente pelo apoio na fiscalização relativa à qualidade dos projectos em curso, no acompanhamento dos prazos de cumprimento da finalização das obras, facilita também a concertação das prioridades.

Algumas evidências desse impacto referenciadas foram projectos como o centro infantil, a escola no Quixica, o posto médico no Bravo da Rosa, ou a terraplanagem das estradas na via da comuna de Kisseke.

As Administrações Municipais manifestam-se interessadas na continuidade do projecto, estando disponíveis para prover apoio institucional e para mobilizar valores monetários das suas rúbricas orçamentais em função de solicitações específicas e fundamentadas. No entanto, observam que não vêem capacidade técnica e financeira para a subsistência dos Grupos Locais, pelo que o financiamento exterior e o reforço da consolidação de capacidades deverá ser equacionado pelos financiadores e pelas estruturas de coordenação e implementação do projecto.

#### V.5 Indicadores de eficiência e eficácia

A análise da eficiência e eficácia não pode ser dissociada, quer do orçamento quer do tempo utilizado para a realização das actividades e elaboração dos produtos. Registe-se que, para além de algumas lacunas de informação, detectam-se ainda algumas discrepâncias face à informação disponibilizada pelo relatório narrativo final do Projecto CAPACITAR, da responsabilidade da NCA.

Organização	Nº Províncias	Nº Municípios	Nº Acções	Nº Produtos	Nº pessoas cobertas (directamente)	Orçamento (euros)
ADRA	1	4	41	3 estudos sobre o OGE e os grupos mais vulneráveis.	450 (50 de Luanda e 400 de	337.123

				<p>1 manual de acesso fácil (banda desenha sobre o OGE e participação Cívica).</p> <p>12 relatórios das formações.</p> <p>8 relatórios de progresso</p> <p>1 relatório final do Projecto.</p> <p>8 Comunicados finais dos debates sobre o OGE.</p>		
<b>CICA</b>	4	8	64	4 (2 APP e 2 MS)	200 (65 mulheres)	432.073
<b>CJPDO</b>	1	2	25	10 relatórios		
<b>Total</b>	<b>6</b>	<b>14</b>	<b>130</b>			

**Fonte:** informações fornecidas pela ADRA, CICA e CJPDO

### V.6 Indicadores de Impacto

Da informação recolhida, um dos resultados mais enfatizados pelos informantes, nomeadamente pelas equipas locais de implementação do projecto, é a relativa mudança da cultura de partilha de informações e documentos de políticas públicas pelas administrações municipais com os munícipes e OSC.

O projecto conseguiu influenciar muitas administrações municipais para disponibilização de documentos de interesse público (orçamentos, relatórios, legislação,...) algo que antes não acontecia.

Em 2010 era mais difícil conseguir documentos do Governo (Governos Provinciais e Administrações Municipais) do que agora, depois de muito trabalho com o engajamento de parceiros sociais na sensibilização da importância da prestação de contas, da transparência e da participação do cidadão na vida pública.

O contacto entre as OSC e as Administrações Municipais melhorou bastante, sobretudo em termos de confiança, abertura, acesso à informação e partilha de documentos públicos, o que foi também facilitado pelo novo contexto de governação em que o desenvolvimento do projecto se concretizou.

Também é generalizadamente reconhecido que o projecto contribuiu para um acréscimo de participação das comunidades a participarem na governação local através dos conselhos de auscultação da comunidade organizados trimestralmente pelas administrações municipais.

E as próprias Administrações Municipais destacam a importância das pesquisas realizadas sobre a temática da pobreza e das acções de monitoria social como um contributo para um melhor conhecimento das realidades locais e como um instrumento que possibilita um melhor acompanhamento dos projectos em execução, constituindo assim uma mais-valia para a institucionalização de melhores padrões de governação.

As organizações parceiras consideram que melhoraram bastante a sua capacidade de sensibilização em torno das temáticas de transparência, prestação de contas e participação cidadã.

A importância das acções de formação promovidas é também destacada, sendo no entanto dada nota de que a dimensão de género foi trabalhada de forma menos específica e detalhada.

## **V.7 Indicadores de sustentabilidade**

Em termos globais, os resultados do projecto encorajam a continuar com as acções pelos parceiros, sobretudo porque as dinâmicas de associativismo relacionadas com os Grupos Locais e as metodologias das APPs, MS e advocacia implementadas pelas próprias comunidades, as ajudaram num maior engajamento da sua participação e influência nos processos de tomada de decisão a nível local. Por exemplo, em Malanje, um grupo de mulheres discutiu e influenciou a administração de Kiwaba-Nzaji sobre necessidade e prioridade de construção de uma maternidade na sua aldeia.

Por outro lado, as próprias estruturas de poder municipal reconhecem o papel positivo que as iniciativas de APP, MS e Advocacia têm proporcionado. É o caso de algumas Administrações Municipais (Kwanhama) que solicitam o apoio na capacitação dos seus técnicos para a elaboração de planos estratégicos e de desenvolvimento municipal e de outras administrações municipais (Namacunde) que manifestar estar interessadas na metodologia das APPs.

O eco dos bons resultados do projecto já chegou para outras localidades da Província do Cunene. A Administração Municipal do Curoca já solicitou à Diocese para que este projecto fosse replicado no seu município. Muitas associações comunitárias, como as do Kilamba-Kiayi em Luanda, já contactam directamente a Administração Municipal para falar sobre o Orçamento Participativo.

No quadro da sua acção de monitorização das acções do projecto a própria EU enquanto financiadora do projecto produziu muitos vídeos em Malanje durante as suas visitas de monitorização no terreno e os relatórios ROM/MOR- Monitoria Orientada para Resultados trazem muitos testemunhos sobre os resultados positivos alcançados.

Em termos de continuidade, as instituições parceiras vêm com bons olhos a continuidade do projecto, pois consideram que as acções e metodologias implementadas, contribuíram para um reforço das suas próprias estruturas organizativas, da sua capacidade institucional e das suas práticas de intervenção nos espaços geográficos em que intervêm. Consideram ainda que a abertura a uma maior cooperação por parte das autoridades municipais deve ser uma janela de oportunidade que não deve ser desaproveitada, mesmo que a problemática da dificuldade de acesso a recursos financeiros seja um importante constrangimento. Observe-se, contudo, que algumas Administrações Municipais, se mostram receptivas à disponibilização de fundos locais para continuar a apoiar algumas das iniciativas do projecto, sobretudo no âmbito da monitoria social, pois consideram que poderão reforçar a qualidade da acção governativa.

No entanto, a informação colectada sugere que apesar de os grupos locais terem adquirido alguma capacidade enfrentam ainda diversos constrangimentos do ponto de vista da continuidade da sua actuação: não possuem, ainda, autonomia financeira e administrativa para continuarem com as acções do projecto sem apoio exterior; e, por outro lado, a mudança frequente dos administradores municipais dificulta e influencia o processo de construção de relações de proximidade e de acesso à informação.

## **V.8 Análise de alguns dos produtos elaborados**

A observação efectuada em relação a alguns dos relatórios produzidos revela os problemas inerentes aos diferentes níveis de competência dos grupos locais e as diferenças de *know-how* associadas à intervenção de diferentes instituições parceiras e respectivas equipas a nível provincial/municipal.

Por outro lado, constata-se uma relativa falta de uniformização na estrutura de relatórios similares (por exemplo o relatório APP 2018 produzido pelo CICA e o relatório APP 2019 produzido pelo Comissão de Justiça, Paz e Migrações da Diocese de Ondjiva).

## VI. Lições Aprendidas

A informação recolhida junto dos parceiros e das equipas de implementação do projecto permitiu enunciar um conjunto de lições aprendidas:

- i) Aumentou a confiança no trabalho entre as organizações parceiras e as administrações municipais;
- ii) Há mais abertura e aceitação da metodologia e acção do projecto junto das comunidades;
- iii) A nível central regista-se cada vez mais solicitação dos pareceres da ADRA e OPSA sobre a análise anual do OGE;
- iv) A AIN deve evitar a participação de muitos parceiros nos seus balanços, pois torna o evento pouco produtivo devido à dilatação de prazos no envio de relatórios, fecho de contabilidade e sobre a qualidade dos relatórios;
- v) Fazer parte de um mesmo projecto sem conhecer a realidade dos outros parceiros, nem realizar algumas trocas de experiências, não é estratégico para os objectivos definidos. A realização de um único encontro de balanço em Malanje permitiu chegar a essa conclusão;
- vi) O modo de elaboração de relatórios do projecto não deve servir apenas para prestar contas ao financiador, mas sim, para servir de oportunidade de aprendizagem e extrair lições aprendidas. A AIN teve muitas dificuldades no envio oportuno de relatórios porque os parceiros enviavam os seus relatórios muito tarde! “O que se passou? Falta de capacidade técnica? Porquê que a UE para efeitos de relatórios de Monitorização do projecto foi visitar apenas Malanje e Luanda?”
- vii) Ter boas relações com as instituições governamentais é vantajoso. “O acesso ao PIDLCP junto dos AM só foi conseguido a partir de relações de confiança. No Lubango não se conseguiu por causa da falta de boas relações”.
- viii) Implementar um projecto destes, tão sensível, não pode ter carácter confrontativo, mas sim, aconselhar e mostrar soluções;
- ix) É preciso apostar na comunicação social para amplificar os alvos a mobilizar sobre as questões de participação e monitoria social, mesmo que se recorra ao uso de línguas locais na RNA. O CICA continuou até aos dias da avaliação final do projecto com um Programa de rádio, “Espaço Diaconia”, que passava quinzenalmente na RNA para MS;
- x) As imposições dos doadores/financiadores sobre os implementadores devem ser devidamente analisadas! “Quem sofre as represálias é quem está no terreno”.

Em função das lições aprendidas e da informação previamente analisada, que respostas para as questões que os TdR pretendem ver respondidas?

Eficácia: Até que ponto as estratégias aplicadas pelo projecto são eficazes para aumentar a transparência e a responsabilidade orçamentária? Quais são as barreiras encontradas neste sentido?

Impacto: Até que ponto o projecto teve êxito na resolução dos problemas enfrentados pelos beneficiários e comunidades, com o foco sobre as mulheres e meninas? Quais são as barreiras encontradas neste sentido?

Sustentabilidade: Até que ponto as atividades de monitoria e advocacia conduzidas pelos grupos locais provavelmente continuarão sem o apoio (financeiro, recursos humanos) dos parceiros ou da NCA? Quais são as barreiras encontradas neste sentido?

A conjugação dos indicadores (qualitativos) de sustentabilidade coligidos com as lições aprendidas referidas pelos informantes sugere a continuidade da intervenção dos Grupos Locais se encontrará seriamente comprometida se deixar de contar com o apoio técnico e financeiro das instituições parceiras que, por sua vez, são dependentes da possibilidade de acesso a financiamentos dos doadores.

As barreiras encontradas remetem para a diversidade e diferenciação das instituições parceiras em termos da qualidade das suas intervenções, em particular no que se refere às equipas de implementação, para o défice de formação escolar e para a limitação de recursos humanos para integrarem os Grupos Locais nos municípios, para as lacunas de uniformidade nas metodologias adoptadas pelos diferentes parceiros, para a rotação dos membros dos órgãos interlocutores do poder local e, sobretudo, para a implementação de um processo de intervenção com um modelo centralizado com uma filosofia topo-base ainda significativa. Acresce ainda a escassez de recursos financeiros e a dificuldade de acesso à boa vontade dos doadores, agora ainda mais complicada por força dos efeitos da pandemia do COVID19.

## **VII. Conclusões e Recomendações**

A NCA afirmou que uma das mudanças provocadas como resultado da implementação do projecto Capacitar foi i) o aumento da capacidade de mobilização da “voz das igrejas” e das comunidades nos processos de tomada de decisões sobre os assuntos atinentes às suas localidades; ii) mais alinhamento do Parlamento com a informação; iii) mais conhecimento dos parceiros pela sociedade (O CICA já é membro da Rede PALOP pela Transparência) e, a NCA mantendo-se sempre na posição de *background*.

A abordagem de género foi tratada nos três pilares estruturantes do projecto (transparência, participação e prestação de contas) através da inserção de mais mulheres nas diferentes actividades desenvolvidas. O ex: da construção da maternidade numa das aldeias do Município de Kiwaba-Nzaji, em Malanje como resultado da advocacia feita pelas próprias mulheres é só um dos exemplos.

A abordagem de Género, na perspectiva da ADRA, não foi muito incisiva ao longo da implementação do projecto. Pode-se mesmo reconhecer que apesar de se ter tido sempre em conta a inclusão de mulheres nas várias actividades mas não houve uma estratégia melhor estruturada. A ADRA acha que devia ter havido um trabalho particular

nessa perspectiva e não ficar-se apenas pela transversalidade. Se assim fosse, teria ajudado a traçarem-se estratégias específicas.

O projecto ajudou igualmente a responder uma das metas do Plano Estratégico da ADRA que consiste na intensificação das acções monitorização das políticas públicas por via do OGE. Esse aspecto congrega quase uma grande maioria dos compromissos do Governo em relação ao PDN 2018-2022.

O projecto provou transformações internas positivas ao nível da ADRA. Por ex: há técnicos da ADRA que por influência do projecto decidiram fazer licenciaturas em finanças públicas. Foi igualmente produzido muito material de interesse que contribuiu para a visibilidade da intervenção da Organização e seus parceiros. Muita gente hoje fala do OGE porque tiveram contacto com as abordagens da ADRA. A Assembleia Nacional e alguns governos provinciais pediram várias vezes os pareceres da ADRA em matéria de legislação sobre finanças públicas.

A visão inicial e expectativas sobre o sucesso do projecto mudaram completamente. “Primeiro estive muito duvidoso de que este projecto produziria resultados positivos com a sua implementação. O Cunene tem um contexto específico da cultura do medo dos cidadãos exigirem mais dos governantes a observação dos seus direitos. Hoje, no final do projecto digo que o resultado foi o contrário! Saímos da timidez para a vivacidade e dinâmica das comunidades.

Em Namacunde houve dois projectos em que os Núcleos Comunitários criados foram capazes de abordar o empreiteiro da obra, solicitando o respectivo projecto para fiscalizarem o material que estava sendo utilizado, no caso, a utilização de paus ao invés de pilares de betão”. Ainda tive igualmente medo de eventualmente a Administração Municipal não aceitar o projecto pela sensibilidade dos temas de abordagem, mas notou-se ao longo da implementação, um aumento da abertura à participação das comunidades.”

Algumas das acções programadas, por exemplo, algumas trocas de experiências com algumas províncias, não foram realizadas devido à COVID-19.

O projecto Capacitar trouxe mudanças para o CICA, sobretudo porque fruto da capacitação técnica para a elaboração de relatórios, a equipa teve maior autonomia e capacidade técnica de elaboração de relatórios de qualidade e conseguiu descentralizar mais as suas actividades. A nível pessoal, o Coordenador sente que aumentou a sua responsabilidade de lidar com o assunto da transparência, prestação de contas e participação. Já está mais exposto ao público e perante as autoridades governamentais pelo que tem de se esforçar por ser um influenciador de políticas públicas. O programa de rádio na RNA só contribuiu ainda mais para a sua visibilidade pública.

As APPs ajudaram o projecto a rever a ficha de avaliação do grau de participação da mulher na discussão e priorização dos problemas das aldeias. As fichas já permitem verificar o nº de mulheres e homens presentes nas reuniões comunitárias.

Relativamente ao papel da AIN: i) o CICA constatou que durante os dois anos de 2018 e 2019 não foram acompanhados técnica e metodologicamente pela AIN, principalmente nas acções de terreno; ii) Houve 4 lançamentos provinciais de relatórios de MS, onde quiseram fazer uma medição do impacto do seu trabalho a nível provincial e a AIN não se fez presente; iii) Foram realizadas 4 reflexões em debates sobre o impacto do OP a nível municipal (Cubal, Cassongue, Cela e Balombo), mais uma vez sem a presença da AIN. Basicamente, a monitorização da A aos parceiros foi fraca.

A parceria entre a AIN e os parceiros do projecto ajudou muito, sobretudo no crescimento organizacional entre as organizações. Registaram-se algumas dificuldades de ordem de planificação e de deslocações nos grandes eventos de balanço ou apresentação de resultados das APPs, mas sempre superados.

A nível institucional a CDJPO reconhece ter mudado muito na sua organização interna, principalmente na capacidade de elaboração de relatórios, mobilização das comunidades e organizar formações em língua local. Tiveram algumas dificuldades em relação aos meios de transporte para deslocações no interior dos municípios. Alugavam viaturas mas os preços às vezes eram muito caros, pelo que ficaria mais prático se o projecto tivesse adquirido meios próprios (bicicletas ou motorizadas).

A componente de Género embora não tenha sido devidamente estruturada, nas formações realizadas resultaram em 90% dos membros que actualmente constituem os Núcleos Comunitários serem mulheres. As mulheres hoje são elas que se dirigem as Administrações Municipais para solicitarem os planos municipais e saberem dos projectos em curso. Isso era impensável há alguns anos.

Em termos inovativos caso a AIN partisse para mais um projecto conjunto, considera que seria avisado, evitar não mais projectos conjuntos, sobretudo em termos de gestão administrativa, pois houve más lições aprendidas do presente projecto.

Em termos de estratégias de continuidade, a ADRA acha que o projecto devia ter módulos. O projecto além de interessante abordagem que trás, é ambicioso e despertou muito a consciência das associações comunitárias quanto a sua participação na monitorização da execução das políticas públicas e, fazer a leitura do OGE. Basicamente, o fim do projecto dá o início da aplicação prática das ferramentas.

Fica o desafio da necessidade de um projecto de apoio ao acompanhamento dos Grupos Comunitários criados e capacitados. Um empoderamento mais efectivo dos grupos locais e comunidades através de metodologias de Monitoria Social, APPs e participação social na vida pública é indispensável em paralelo com a identificação de outras sinergias e parcerias para a continuidade das acções iniciadas.

Se o projecto tivesse que continuar, o CICA é de opinião que mudaria de áreas geográficas, isto é, alargando as zonas de intervenção. Provavelmente, proporia a elaboração de um Memorando de Entendimento entre as lideranças das organizações parceiras.

## IX. Anexos

### IX.1 Quadro lógico da avaliação

Tipo de Avaliação	Critérios de Avaliação (OCDE)	Variáveis a observar	Instrumentos/públicos-alvo	Finalidade da avaliação
<p>➤ <b>Avaliação externa à intervenção</b></p> <p>–avaliadores que não tiveram envolvimento/responsabilidade nas intervenções que estão a ser avaliadas</p> <p>- apreciação independente,</p> <p>➤ <b>Avaliação final</b> – Imediatamente após a conclusão da intervenção, analisa de forma holística o que aconteceu, como resultado da intervenção e interroga sobre as razões e o processo para</p>	<p><b>Relevância</b> – aferir se, e em que medida, os objectivos do projecto corresponderam às expectativas dos beneficiários, às necessidades do país, às prioridades globais, às políticas dos parceiros e dos doadores. Confere se as actividades e os resultados do projecto estiveram em linha com os programas estabelecidos e corresponderam de forma adequada às necessidades identificadas.</p>	<p>- Valores e conteúdos que identificam o projecto.</p> <p>- Estratégias que permitem a materialização do projecto.</p> <p>-Premissas, intenções, instrumentos e condições de realização do projecto.</p>	<p><b>Análise documental</b> (qualitativa-quantitativa)</p> <p>- documento de projecto</p> <p>- evidências dos produtos do projecto</p> <p><b>Entrevistas semi-estruturadas</b></p> <p>- CNA</p>	<p>Analisar em que medida o projecto alcançou ou seus objectivos;</p> <p>Analisar quais os efeitos (previstos e não previstos) produzidos pelo projecto;</p> <p>Detectar quais foram as causas ou dificuldades para o cumprimento dos objectivos do</p>

Tipo de Avaliação	Critérios de Avaliação (OCDE)	Variáveis a observar	Instrumentos/públicos-alvo	Finalidade da avaliação
<p>permitir que as lições sejam aprendidas.</p> <p>➤ <b>Avaliação ex-post</b> – Após a intervenção ter sido concluída. Deve ser feita algum tempo depois de concluída para ser possível identificar e analisar efeitos, permitindo também uma análise de impacto e em relação à sustentabilidade. Neste caso podemos também ter uma avaliação sumativa, que se preocupa em identificar os resultados e o valor global da intervenção.</p>	<p><b>Eficácia</b> – aferir se, e em que medida, os objectivos do projecto foram atingidos, ou se espera serem alcançados, tendo em consideração a sua importância relativa. Mede em que medida o projecto atingiu os seus objectivos, com base na relação entre os objectivos pretendidos e os resultados alcançados.</p> <p><b>Eficiência</b> – aferir se, e em que medida, os recursos foram convertidos em resultados da forma mais racional e económica, se existiu uma boa relação custo-benefício. Mede a produtividade do projecto, no</p>	<p>- Interpretações e processos sociais que o projecto proporciona.</p> <p>- Características de enquadramento do projecto no contexto da sua implementação.</p> <p>- Motivos que deram origem ao projecto.</p> <p>- Motivos que estimulam a continuidade do projecto.</p>	<p>- Outros parceiros de implementação (ADRA, CICA, CAJPL)</p> <p>- Grupos Locais</p>	<p>projecto;</p> <p>Comparar a situação de partida e de chegada do projecto, para determinar os factores que produziram mudança;</p> <p>Determinar a pertinência da continuidade ou não do projecto em outras áreas.</p>

Tipo de Avaliação	Critérios de Avaliação (OCDE)	Variáveis a observar	Instrumentos/públicos-alvo	Finalidade da avaliação
	<p>sentido em que terá sido tanto mais eficiente quanto conseguiu atingir os seus objectivos ao menor custo possível.</p> <p><b>Impacto</b> – aferir os efeitos a curto, médio e longo prazo, positivos e negativos, primários e secundários, induzidos pelo projecto, directa ou indirectamente, previstos ou não. Mede as consequências globais do projecto sobre o contexto em questão.</p> <p><b>Sustentabilidade</b> – aferir a continuidade em relação aos benefícios resultantes do projecto, após a sua conclusão. Mede a probabilidade dos benefícios perdurarem no longo</p>	<p>-Adversidades do projecto.</p> <p>-Estratégias de superação das adversidades.</p> <p>-Condições de integração com outras dimensões do sistema.</p>		

Tipo de Avaliação	Critérios de Avaliação (OCDE)	Variáveis a observar	Instrumentos/públic os-alvo	Finalidade da avaliação
	Prazo, procurando apreender saber em que medida os grupos-alvo se apropriaram dos resultados do projecto.			

## IX.2 Instrumentos de recolha de informação

### IX.2.1 Guião da reunião com a NCA

Avaliação Final do Projecto “CAPACITAR”  
NCA em Angola 2017-2020

Reunião Inicial / *Start-up workshop*  
Luanda, .... de Agosto de 2020

#### 1. Contexto e objectivos

No âmbito da fase de trabalho de campo da avaliação final do Projecto Capacitar 2017-2020 da NCA e parceiros em Angola, realizar-se-á uma Reunião Inicial (*Start-Up Workshop*) com a Direcção da NCA em Angola, designadamente, o pessoal responsável e engajado na concepção, elaboração, execução, monitoria e, agora, avaliação do Projecto e, a seguir, com os seus parceiros (com cada organização em particular) em Luanda, com a duração duas horas, no dia \_\_\_/Agosto/ 2020.

Quanto aos parceiros, tratam-se da NCA enquanto Organização “requerente” e dos “co-requerentes” ou parceiros ADRA, CICA, CDJPO.

Em função da limitação imposta pela situação da Covid-19, as reuniões comportarão não mais do que 8 pessoas e, poderão igualmente realizar-se recorrendo às novas TIC (whatsApp, Zoom, telefonemas, etc.).

Os principais pontos de discussão ou ***objectivos do Start-up workshop*** são:

1. Perceber da NCA qual é a sua **visão em relação ao grau de alcance dos objectivos e expectativas iniciais do projecto**, que resultados obtidos, sucessos, desafios/dificuldades, impactos e produtos concretizados e processos de *reporting*;
2. Quais foram as **motivações que estiveram na base do arranque desse projecto** e focado para temáticas ainda muito sensíveis (participação, prestação de contas e transparência) em Angola?
3. Como é que foi o processo de **determinação/definição dos objectivos**, estratégias, resultados e actividades do projecto?

4. Que **resultados** consideraram terem sido mais positivos? E menos positivos? Confirmaram-se? Mudaram-se ao longo da implementação? O novo contexto de governação pós Setembro de 2017 influenciou positiva ou negativamente no alcance dos objectivos e resultados do projecto?
5. A **NCA tem perspectivas de continuidade deste projecto?** É sustentável? Porquê? Como vê as acções dos parceiros e grupos locais apoiados pelos seus parceiros com o fim deste projecto? Os parceiros já ganharam **autonomia financeira e técnica para continuarem com a replicação das lições aprendidas?**
6. Como se desenvolveram e quais os mecanismos de coordenação que foram accionados no quadro das relações de parceria entre a NCA e as três organizações (ADRA, CICA e CDPJO) e, as relações entre as organizações parceiras em torno do projecto Capacitar;
7. Que **inovações fariam caso partissem para mais um projecto conjunto** com os actuais e, eventuais novos parceiros e localidades geográficas?
8. Que **mudanças puderam observar na vossa organização e a nível pessoal** ao longo da implementação do projecto Capacitar?
9. Qual é a **avaliação que fazem da abordagem de género do projecto?** Contribuiu para uma análise mais sistemática em termos do impacto dos bens e serviços públicos sobre as mulheres? Houve evidências que serviram para acções de advocacia social junto dos tomadores de decisões?
10. Que comentários fazem sobre a aprovação pelo Governo do **DP 235/19, de 22 de Julho sobre a institucionalização do Orçamento Participativo em Angola?** Acham que é mais um mecanismo encorajador para a NCA pensar na sustentabilidade do projecto Capacitar?
11. Quais os **métodos, locais e stakeholders aconselháveis** a utilizar pelo avaliador para melhor percepção dos resultados do projecto, sobretudo em função das limitações impostas pela situação da Covid-19?

## **2. Participantes**

São convidados a participar Reunião inicial parte da Organização NCA, principalmente o Representante e pessoal que esteve directamente engajado no Projecto Capacitar no período avaliado 2017-2020.

## **3. Detalhes sobre a Reunião Inicial**

Espera-se que a NCA prepare algumas informações que respondam as questões acima levantadas e que haja uma participação aberta do pessoal da organização, para além da visão geral que o Representante venha a apresentar.

**Local:** Escritórios da NCA, Condomínio Ocean Ville, Casa 138, Talatona, Luanda.

**Data:** \_\_\_\_/Agosto/2020.

**Horário:** Das 9h às 11h (?!)

### **IX.2.2 Guião das reuniões com as instituições parceiras**

Avaliação Final do Projecto “CAPACITAR”  
NCA em Angola 2017-2020

Entrevista semi-estruturada a ser conduzida pelo Avaliador principal

Data: \_\_\_\_/ Agosto de 2020

Organização: \_\_\_\_\_

Participantes:

#### **4. Contexto e objectivos**

No âmbito da fase de trabalho de campo da avaliação final do Projecto Capacitar 2017-2020 da NCA e parceiros em Angola, realizar-se-á uma Reunião Inicial (Start-Up Workshop) com as Direcções das organizações parceiras da NCA em Angola (com cada organização em particular), designadamente, o pessoal responsável e engajado na concepção, elaboração, execução, monitoria e, agora, avaliação do Projecto e, a seguir, com os seus parceiros em Luanda, com a duração duas horas, no dia \_\_\_\_/Agosto/ 2020.

Quanto aos parceiros, tratam-se dos “co-requerentes” ou parceiros ADRA, CICA, CDJPO.

Em função da limitação imposta pela situação da Covid-19, as reuniões comportarão não mais do que 8 pessoas e, poderão igualmente realizar-se recorrendo às novas TIC (whatsApp, Zoom, telefonemas, etc.).

Os principais pontos de discussão ou **objectivos do Start-up Workshop** são:

12. Perceber das organizações parceiras qual é a sua visão em relação ao grau de alcance dos objectivos e expectativas iniciais do projecto, que resultados obtidos, sucessos, desafios/dificuldades, impactos e lições aprendidas;
  13. Quais foram as motivações que estiveram na base do arranque desse projecto e focado para temáticas ainda muito sensíveis (participação, prestação de contas e transparência) em Angola?
  14. Como se desenrolou o processo de determinação dos objectivos, estratégias, resultados e actividades do projecto?
  15. Quais eram as expectativas da sua organização no princípio e agora no fim do projecto? Confirmaram-se? Mudaram-se ao longo da implementação? O novo contexto de governação pós Setembro de 2017 influenciou positiva ou negativamente no alcance dos objectivos e resultados do projecto?
  16. A sua organização tem perspectivas de continuidade deste projecto? É sustentável? Porquê? Como vê as acções dos grupos locais apoiados pela sua organização com o fim deste projecto? Os grupos locais já ganharam autonomia financeira e técnica para continuarem com a replicação das lições aprendidas?
  17. Entender como foram as relações de parceria entre a NCA e a vossa organização (ADRA, CICA e CDPJO) e, as relações entre as três em torno do projecto Capacitar;
  18. Que inovações fariam caso partissem para mais um projecto conjunto com os actuais parceiros e localidades geográficas?
  19. Que mudanças puderam observar na vossa organização e a nível pessoal ao longo da implementação do projecto Capacitar?
  20. Qual é a avaliação que fazem da abordagem de género do projecto? Contribuiu para uma análise mais sistemática em termos do impacto dos bens e serviços públicos sobre as mulheres? Houve evidências que serviram para acções de advocacia social junto dos tomadores de decisões?
  21. Que comentários fazem sobre a introdução do DP 235/19, de 22 de Julho sobre a institucionalização do Orçamento Participativo em Angola?
  22. Quais os métodos, locais e *stakeholders* aconselháveis a utilizar pelo avaliador para melhor percepção dos resultados do projecto, sobretudo em função das limitações impostas pela situação da Covid-19?
-

**A. Quanto à visão de cada organização sobre o projecto Capacitar**

Perguntas de arranque e orientação:

- a) Quais foram as motivações que estiveram por detrás da ideia do surgimento desse projecto?
- b) Como foram definidos os objectivos do projecto e suas actividades?
- c) As expectativas iniciais em relação ao projecto foram confirmadas agora no final do mesmo? Mudaram? Porquê?
- d) Que actividades ou estratégias novas adaptariam no pós projecto?
- e) Quais foram os principais sucessos alcançados por cada organização e pelo conjunto, com a implementação desse projecto?
- f) E o que é que não correu bem? Porquê?
- g) Que influências a nova governação (pós JES) teve sobre o projecto? Que factores positivos e negativos podem ser apontados como tendo tido algum impacto?
- h) Indique as principais lições aprendidas como resultado da implementação do projecto Capacitar.

**B. Relações de parceria entre as organizações implementadoras:**

- a) Que avaliação faz da plataforma conjunta para a implementação do projecto? Que coisas correram bem e que não correram bem?
- b) As vossas expectativas organizacionais e pessoais sobre o projecto confirmaram-se ou nem por isso?
- c) Que inovações fariam se partissem para mais um projecto conjunto?
- d) Que mudanças puderam observar na vossa organização e a nível pessoal ao longo da implementação do projecto Capacitar? Sentem-se mais interventivos em matéria de participação, prestação de contas e transparência? Sentem que “contagiaram” mais cidadãos nessa perspectiva de participação social?

**Guião para a entrevista semi-estruturada com os Coordenadores do projecto/e ou responsáveis de cada organização parceira (ADRA, CICA e CDJPO)**

1. Qual tem sido o trabalho e papel do CICA/ADRA/CAJPL nesse projecto Capacitar, principalmente em relação aos seus três eixos de intervenção (participação, transparência e prestação de contas)?
2. É *feasible*/exequível focalizar-se nas áreas de intervenção simultaneamente?
3. Os mesmos grupos de trabalho realizam a sua actuação em torno das três áreas acima mencionadas ou em apenas uma ou duas?

4. Pensa continuar a trabalhar neste tipo de projecto fora das actuais áreas de actuação?
5. Faz sentido implementar esse tipo de projecto a nível dos municípios? Há interesse das populações e cidadãos em participar do mesmo?
6. Sempre fez a monitoria desse tipo de projecto ou tem feito noutras áreas temáticas à medida que o tempo vai passando? E tem havido progressos? Em que medida?
7. Como é que têm articulado os resultados das avaliações participativas de pobreza (APPs) com a monitoria social (MS) em termos de mudança na melhoria de condições das populações? As duas dimensões são importantes e complementam-se?
8. Qual das duas ( APPs e MS) interessa mais as administrações municipais em vossa apreciação? E aos munícipes? E aos governos provinciais?
9. Em termos metodológicos, o que terá evoluído na forma de trabalhar essas temáticas na vossa organização, sobretudo no decurso da implementação desse projecto?
10. Como foi a vossa relação com a NCA em torno da implementação do projecto, sobretudo em termos de aplicação novas ferramentas de monitorização social do OGE. Podia dar uma explicação sobre as diferentes ferramentas que têm utilizado nas vossas actividades? Como foram elaboradas e quem foi envolvido?
11. Houve dificuldades de aplicação das ferramentas? Quais? E o que é que conseguiram superar fruto da utilização das actuais ferramentas?
12. Explique-nos como é que o CICA/ADRA/CDJPO se relaciona com os grupos locais? Como os constitui?
13. Quantas e onde foram ministradas?
14. Como avaliam a evolução dos grupos locais em termos de capacidade organizacional e autonomia em termos de intervenção social e política pública? Classifique essa evolução numa escala de 0 a 5 (mais fraco, médio e mais forte) e fundamente cada classificação.
15. Qual é a estrutura financeira na realização de actividades com os grupos locais no terreno? Quem paga? Há uma estratégia de transferência de capacidade de gestão para estes grupos locais? Já existem alguns grupos locais com alguma capacidade e autonomia financeira?
16. Que outras organizações fazem parte da parceria neste projecto?
17. Em que é que esta parceria tem contribuído? Que dificuldades têm registado?
18. Acha que com esse “reforço” da parceria houve mudanças nas acções de advocacia a nível nacional? Seria bom ter mais parceiros? Porquê?

19. E em relação ao Governo, têm alguma parceria? A que nível? Central, Provincial, Municipal ou nos três? A actuação em cada um daqueles níveis é a mesma?
20. Em qual dos níveis o vosso trabalho tem sido mais aproveitado e aceite? Olhando para os três pilares do projecto (participação, prestação de contas e transparência) onde observam melhorias e/ou mudanças de práticas quanto à governação?
21. Em termos de quais consideram ter sido os resultados mais significativos da implementação deste projecto?
22. Finalmente, em caso de não haver uma próxima fase de financiamento deste projecto, acha que as acções terão continuidade no terreno? Os Grupos locais terão condições para continuar a realizar a sua actividade sem o vosso apoio?

### **IX.2.3 Guião das entrevistas com os Grupos Locais**

Avaliação Final do Projecto “ CAPACITAR”  
NCA em Angola 2017-2020

#### GUIÃO PARA REUNIÕES E/OU ENTREVISTAS PARA OS GRUPOS LOCAIS APOIADOS PELA ADRA/CICA/CDJPO

Data: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / 2020

Localização: \_\_\_\_\_

Nome do Grupo: \_\_\_\_\_

Nº de participantes: \_\_\_\_\_ Mulheres; \_\_\_\_\_ Homens

#### Criação do grupo, membros e capacitações/formações tidas

1. Quando é que foi criado o grupo?
2. De onde surgiu a ideia da sua criação?
3. Quais são os objectivos do vosso grupo?

4. Quantos membros tem o grupo? Esse número de membros foi sempre o mesmo ou foi mudando? Se foi mudando, porquê?
5. O que é preciso para se ser membro do vosso grupo? Há escolha ou eleição?
6. Quantas formações? Número de pessoas que participaram? Mais homens ou mulheres? E as formações têm sido sobre que matérias?
7. Além disso têm tido outras formações? Quais? E essas formações têm apoiado no vosso trabalho? Como? Ainda precisam de mais formações? Quais?
8. Como é que vocês têm feito o enquadramento de novos membros para que estes saibam fazer as actividades do grupo?

Actividades de avaliação do engajamento dos grupos comunitários nos espaços de participação pública e de advocacia social.

9. O que é que o vosso Grupo faz no dia-a-dia?
10. Qual tem sido a vossa participação nos Conselhos de Auscultação da Comunidade (CAC) a nível da Comuna? E a nível do Município? O vosso grupo tem um coordenador? E qual é o seu papel no CAC e na Comunidade?
11. Como é que se têm organizado para realizarem as vossas actividades?
12. Quando vão trabalhar com as comunidades ou participar de outras actividades como se têm deslocado?
13. Têm relatórios elaborados das actividades desenvolvidas? Quantos relatórios foram elaborados? Como é que o Grupo participou nessa elaboração?
14. Quem nas reuniões convocadas pela administração são sempre os mesmos membros? E sobre a advocacia social?

Metodologia usada e dificuldades encontradas

15. Nestes anos de trabalho, sentem alguma mudança no tipo de actividades que têm feito?
16. Até aqui, têm seguido a mesma forma de trabalhar? Se sim, qual é? E todos percebem bem?
17. E sempre usaram essa metodologia? Quem preparou essa metodologia? É boa ou ainda é difícil?
18. Têm encontrado dificuldades ou complicações nas vossas actividades? Quais? Como têm resolvido?

Reacções dos vários actores

19. Qual tem sido a forma como a Administração Municipal tem encarado o vosso trabalho?
20. Tem apoiado as vossas actividades quando vão às aldeias ou trabalham com as comunidades?

21. Quem tem apresentado os resultados das acções de advocacia e monitoria do OGE à Administração? E quais têm sido as reacções ou comentários?
22. Na vossa opinião, a Administração tem tido interesse pelas análises do OGE feitas pelos vossos Grupos?
23. O vosso grupo tem sentido alguma mudança nestes anos de trabalho na forma como a Administração se relaciona com vocês ou com as comunidades? Se sim, quais?
24. Registaram outras pessoas ou entidades que criticaram ou que tenham apoiado o vosso trabalho? Se sim, quais e porquê?
25. A população da vossa localidade ou município sabe e conhece esse projecto? Percebe a vossa mensagem? Sabe alguma coisa sobre o que é o Orçamento e sobre Participação?
26. E o que é que o povo acha dessa ideia?
27. E vocês próprios? Acham que algo tem mudado em termos de participação, de monitoria, transparência e de prestação de contas? Já agora, podem nos explicar o que são essas coisas?

#### Lições aprendidas e visão de futuro

28. O que é que aprenderam ao longo desses anos? O que é que tem corrido bem e o que é que ainda precisa de ser feito de forma diferente?
29. Com esta avaliação final do projecto, ainda acham que o projecto deve continuar? Se sim, porquê? Depende de quem?
30. Se parar o financiamento do projecto e a ADRA/CICA/CDJPO não puder continuar a vir apoiar-vos, vocês estão em condições de continuar sozinhos?
31. Se o projecto continuar, ainda que sejam apenas vocês, que tipos de projectos gostariam de monitorar? E porquê?
32. Acham-se em condições de continuar a monitorar mais projectos em mais localidades para além das actuais?
33. Que recomendações gostariam de fazer a ADRA/CICA/CDJPO? E à Administração Municipal?
34. Têm mais alguma coisa que gostariam de acrescentar?

#### **IX.2.4 Guião das entrevistas com os Administradores Municipais**

Avaliação Final do Projecto “ CAPACITAR”  
NCA em Angola 2017-2020

##### GUIÃO DE ENTREVISTA PARA O (A) ADMINISTRADOR (A) MUNICIPAL

Data: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / 2020.

Município: \_\_\_\_\_, Província \_\_\_\_\_

Nome do(a) entrevistado(a): \_\_\_\_\_

##### **Conhecimento do Projecto CAPACITAR**

35. Quando e de que forma o(a) Senhor(a) Administrador tomou conhecimento deste projecto?
36. Em que localidade foi implementado e como tem sido a articulação com a Administração municipal?
37. Tem registado dificuldades na implementação das actividades junto das comunidades? Se sim, quais? E como têm ultrapassado?

##### **Relevância e impacto a nível local**

38. No quadro da governação de proximidade, acha que faz sentido implementar um projecto deste tipo a nível dos municípios? Porquê?
39. Que resultados têm sido alcançados nas localidades onde este projecto foi implementado?
40. Quais foram os factores que influenciaram o alcance dos resultados obtidos?
41. Acha que este projecto contribuiu para o nível e qualidade de participação cidadã na vida pública?
42. Em que medida vê ou acha que a participação dos cidadãos na monitorização dos projectos públicos contribui para o desenvolvimento local?
43. O projecto que está sendo avaliado teve reflexo ou impacto sobre o trabalho da administração municipal?
44. O Sr. Administrador municipal já participou ou ouviu falar do lançamento de um dos relatórios anuais de APP e de monitoria social em Luanda?

### **Potenciais Impactos do Projecto**

45. Promover a participação cidadã na monitoria do OGE e dos projectos públicos melhora a eficácia da governação local? Porquê?
46. Este projecto mudou alguma coisa no entendimento do Sr(a). Administrador quanto à sua visão em relação as questões de participação cidadã na governação, prestação de contas e transparência orçamental? Como ou em que sentido?
47. Qual é a sua avaliação quanto ao actual nível de participação cidadã na governação? Quais são os espaços de engajamento públicos que existem actualmente? O que é que ainda deve ser feito para melhorar as formas de participação cidadã?

### **Dinâmica do Contexto**

48. Tem conhecimento dos relatórios anuais que a ADRA e o OPSA elaboram sobre o OGE? Os mesmos têm tido alguma influência a nível do orçamento da administração municipal?
49. Já ouviu falar do DP 235/19, de 22 de Julho sobre o Orçamento Participativo dos Municípios e do Orçamento Participado da Administração Municipal? Que vantagens vê para a administração municipal?
50. Acha que as organizações como a ADRA, CICA, CDJPO que estão envolvidas nas temáticas de participação, transparência e prestação de contas, monitoria social devem continuar ou mudar algo na sua forma de trabalhar e relacionar-se com as administrações municipais?

### **Perspectivas/futuro**

51. Caso o financiamento actual deste projecto termine, acha que os grupos locais terão capacidade técnica e financeira para continuarem sozinhos? A Administração apoiaria? Como?
52. E se este projecto continuar, que aspectos acha que deviam melhorar ou fazer-se de forma diferente?
53. Que recomendações deixa para as organizações financiadoras e implementadoras deste projecto?

### IX.3 Programa geral da avaliação

Fases	Descrição das tarefas	Participação			
		Avaliador	Ponto focal	Coordenador de projecto	Apoio logístico (NCA)
01	Reunião introdutória com a NCA, assinatura de contrato + a leitura dos principais documentos.	•			•
02	Preparação e organização das condições logísticas para o trabalho de campo e/ou visitas aos parceiros do projecto.	•	•		•
03	Reunião de trabalho inicial (Start-up workshop) com a NCA + organizações parceiras-	•		•	•
04	Fase de trabalho de campo e interacção com os Pontos Focais subcontratados pelas seis províncias + as entrevistas conduzidas pelo	•	•	•	•

	Avaliador aos parceiros e Grupos Locais de Luanda.				
05	Elaboração de sínteses para o relatório	•	•		
06	Workshop de restituição	•	•		•
07	Finalização da síntese do relatório	•	•		
08	Follow-up (NCA e Avaliador) e término do relatório final				

#### IX.4 Fontes de informação

<u>Nível</u>	<u>Entidades/Pessoas/Grupo</u>	<u>Método</u>
	ADRA, NCA, CICA e CDJPO	Reuniões e validações

<b><u>Central/Nacional</u></b>	MINFIN, Deputados do MPLA, UNITA e CASA-CE e Grupos Independentes, MAT, OPSA, ONGs internacionais (UE, PNUD, Banco Mundial, UNICEF.);	Entrevistas semi-estruturadas
<b>Provincial</b>	Delegados Provinciais de Finanças Governadores Provinciais/Adjuntos Outros	Entrevistas semi-estruturadas
<b>Municipal</b>	Administrador Municipal ou Adjunto	Entrevistas Simi - estruturadas
	Grupos beneficiários do projecto em cada Município alvo ao projecto	Entrevistas Simi-guiadas com cada grupo envolvido.
<b>Outros</b>	Quadros seniores de ONGs nacionais, consultores nacionais, jornalistas, activistas cívicos, analistas e observadores independentes.	Entrevistas Semiestruturadas

## IX.5 Tabelas de acções e produtos por parceiro

### IX.1 CICA

Organização	Províncias (desagregar por municípios)	Quantas acções desenvolvidas	Tipo de acções (reuniões, formações, análises OGE...)	Quantas pessoas cobertas	Número de produtos (relatórios, brochuras...)	Orçamento total utilizado
CICA	<b>Benguela</b>  - Balombo  - Cubal	Foram realizados <b>32 estudos de Avaliação Participativa da pobreza</b> em dois anos;	<b>1. Novos grupos municipais:</b> - Foram constituídos <b>2 novos grupos de Monitoria Social</b> nos novos municípios do projecto (Soyo e Maquela do Zombo)  <b>2. Formações e refrescamentos</b> - formação de formadores com a facilitação de uma consultora de género, que incidiu na definição nos pilares de estudo (saúde, educação, águas e saneamento básico);	Directamente o projecto cobriu <b>200 monitores, sendo 64 mulheres</b> e indirectamente, 1.464.448 habitantes dos oito municípios.	Foram <b>elaborados 4 relatórios sendo, 2 de APP e igual número para o estudo da MS.</b>  Fez-se a impressão de 4.000 exemplares distribuídos nas sessões de formações, lançamentos, debates, nas aldeias investigadas, administrações,	2018 (225.017,00 ) EUR 2019 (207.056,00 )EUR
	<b>Cuanza Sul</b>  - Cassongue  - Cela/Waku-Kungu	Foram realizadas <b>32 visitas de Monitoria Social em 8 municípios</b> , sendo 16 para cada ano e 2 por				
	<b>Uíge</b>					

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Negage</li> <li>- Maquela do Zombo</li> </ul>	<p>projecto e igual número de visitas nas repartições municipais.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- sobre as matérias da Avaliação participativa da Pobreza e Monitoria Social (reestruturação das fichas de recolha de dados);</li> <li>- Finanças públicas, OGE, advocacia e Género;</li> <li>- Utilização do PIDLCP (Programa Integrado de Desenvolvimento Local e Combate a Pobreza e do PIP (Programa de Investimentos Públicos);</li> <li>- reuniões de análise, com incidência aos estudos da APP;</li> <li>- Refrescamentos dos grupos municipais em matérias sobre o OGE, legislação vigente no País;</li> <li>- Refrescamento dos grupos municipais sobre as ferramentas da monitoria da qualidade dos serviços prestados no sector da saúde, educação e gabinete de estudo e estatística a nível municipal;</li> <li>- Formação das coordenações municipais sobre o manuseamento e preenchimento das bases de dados através dos <i>tablets</i>.</li> <li>- Formação conjunta entre Ministério da Justiça e Direitos Humanos.</li> </ul>		<p>governos provinciais e ministérios afectos.</p>	
<p><b>Zaire</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Mbanza Kongo</li> <li>- Soyo</li> </ul>						

			<p><b>3.Encontros Conjuntos (CICA, ADRA, CDJP-Ondjiva e NCA)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Sessão conjunta realizada 4 vezes em dois anos, sendo um em Malanje e três em Luanda.</li> </ul> <p><b>3.1 Outros encontros</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Encontros com as lideranças religiosas para escolha dos novos municípios e criação de estratégia de intervenção junto das comunidades;</li> <li>Encontros/reuniões com as administrações municipais, entidades do executivo e legislativo a nível nacional e provincial, (Tribunal de contas, Ministério da Justiça e Direitos Humanos, Fundo de Apoio Social (FAS), MASFAMU, Min. Educação, MAT...).</li> <li>- Encontros com as Administrações municipais para a obtenção dos PMDLCP e sua distribuição aos membros dos grupos municipais;</li> <li>- Encontros de monitoria interna e externa que serviu para avaliar o nível de execução das</li> </ul>			
--	--	--	--	--	--	--

			<p>atividades, resultados alcançados, dificuldades enfrentadas, resultados e impacto.</p> <p><b>3. Debate</b></p> <p>- Realização de 8 sessões de debates municipais sobre: “Orçamento Participativo-Um desafio ou uma oportunidade”, distribuídos em 4 mesas redondas e 4 debates radiofónicos.</p> <p><b>4. Lançamentos</b></p> <p>- Foram realizadas 4 lançamentos provinciais 1 (Uíge- aconteceu no grande hotel do Uíge; Benguela- na Administração municipal de Benguela; Cuanza-Sul - no Instituto Médio do Sumbe e no Zaire no Instituto Superior do Soyo.</p> <p>- Foram realizadas acções de lançamentos municipais, sendo um no município do Negage e outro no município da Cela-Waku-Kungo.</p>			
--	--	--	---	--	--	--

## IX.2 ADRA

Organização	Províncias (desagregar por municípios)	Quantas acções desenvolvidas	Tipo de acções (reuniões, formações, análises OGE...	Quantas pessoas cobertas	Número de produtos (relatórios, brochuras...)	Orçamento total utilizado
ADRA	Malanje (Município Sede, Calandula, Quela e Kiwaba Nzoji)	41 actividades	<p>Formações:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Finanças Públicas na perspectiva de Género.</li> <li>• Políticas Públicas na Perspectiva de Género.</li> <li>• Looby e advocacia social.</li> <li>• Orçamento do Município.</li> </ul> <p>Debates:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• OGE/regime orçamental local</li> <li>• Autarquias e orçamento participativo</li> </ul>	551 pessoas envolvidas.  <b>OBS:</b> O Projecto envolveu directamente 450 beneficiários, sendo 50 em Luanda e 400 em Malanje. O Número participantes das actividades é maior, devido as sessões de debate sobre o OGE, a Conferência Nacional sobre Desenvolvimento Rural e a formação sobre o Orçamento do Município, onde foram envolvidas	12 relatórios das formações.  3 relatórios dos estudos sobre o OGE e os grupos mais vulneráveis.  8 relatórios de progresso	337.123 EU

		<p>Sessão de análise do OGE nos sectores da Educação, Água e Saneamento, Registo Civil e Justiça e Proteção Civil.</p> <p>Reflexão sobre o funcionamento dos espaços de concertação a luz da lei 15/16</p> <p>Conferência Nacional sobre Desenvolvimento Rural.</p> <p>Encontros de Looby com as Administrações Municipais, a 5ª Comissão da Assembleia Nacional e o Governo provincial de Malanje.</p> <p>Elaboração da banda desenhada sobre o OGE e participação cívica.</p> <p>Estudo Sobre o OGE e os grupos mais vulneráveis (acesso Água. Alimentação e Registo Civil).</p>	<p>outras individualidades não beneficiárias.</p>	<p>1 relatório final do Projecto.</p> <p>1 manual de acesso fácil (banda desenhada sobre o OGE e participação Cívica).</p> <p>8 Comunicados finais dos debates sobre o OGE.</p>	
--	--	--	---	---	--

			<p>Lançamento do estudo sobre o OGE e os grupos mais vulneráveis.</p> <p>Reflexão sobre o funcionamento dos espaços de concertação a luz da lei 15/16.</p> <p>Reprodução e distribuição dos planos orçamentais aos membros das associações e cooperativas.</p> <p>Sessões de monitoria (interna e externa) para balancear o nível de execução das actividades, resultados alcançados, dificuldades enfrentadas, resultados/impacto do Projecto na vida das Comunidades.</p>			
--	--	--	---	--	--	--

--	--	--	--	--	--	--

### IX.3 CJPDO

Organização	Províncias (desagregar por municípios)	Quantas acções desenvolvidas	Tipo de acções (reuniões, formações, análises OGE...)	Quantas pessoas cobertas	Número de produtos (relatórios, brochuras...)	Orçamento total utilizado
Comissão de Justiça e Paz de Ondjiva	Província do Cunene, nos municípios de Kwanhama e Namacunde	25 grandes acções	Workshop, Formações, conferências, APPs, debates radiofónicos com a participação dos ouvintes.	É impossível calcular o número das pessoas cobertas, pelo facto de ter havido controlo dos membros das aldeias que participaram nos dois APPs e aqueles que seguiram os	10 Relatórios	

				debates radiofónicos.		
--	--	--	--	--------------------------	--	--